

SENADO FEDERAL
INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO – ILB
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA

2021

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
ANOS-BASE 2019 e 2020

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA

Senador Rodrigo Pacheco
PRESIDENTE

Senador Veneziano Vital do Rêgo
PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE

Senador Romário
SEGUNDO- VICE-PRESIDENTE

Senador Irajá
PRIMEIRO-SECRETÁRIO

Senador Elmano Férrer
SEGUNDO-SECRETÁRIO

Senador Rogério Carvalho
TERCEIRO-SECRETÁRIO

Senador Weverton
QUARTO-SECRETÁRIO

Senador Jorginho Mello
PRIMEIRO-SUPLENTE

Senador Luiz do Carmo
SEGUNDO-SUPLENTE

Senadora Eliziane Gama
TERCEIRO-SUPLENTE

Senador Zequinha Marinho
QUARTO-SUPLENTE

Ilana Trombka
DIRETORA-GERAL

Gustavo Afonso Sabóia Vieira
SECRETÁRIO-GERAL DA MESA

INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO – ILB

DIRETOR-EXECUTIVO

Leonardo Augusto de Andrade Barbosa

PRESIDENTE DA CPA

Luís Fernando Pires Machado

COORDENADOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

José Floriano Pereira Lima Filho

COORDENADOR DE CAPACITAÇÃO, TREINAMENTO E ENSINO

Ronaldo Luiz Leite Oliveira

COORDENADOR DE PLANEJAMENTO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

David Ricardo Varchavsky

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Luís Fernando Pires Machado

Matheus Garcia Barbosa de Figueiredo

Janete Sayuri Fujihara

Marcelo Azevedo Larroyed

Paulo Ricardo dos Santos Meira

Dalmo Jorge Lima Palmeira

Rafael Silveira e Silva

Florian Augusto Coutinho Madruga

Telma América Venturelli

Pedro Augusto Ramirez Monteiro

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Estatísticas de acesso ao Portal do Senado Federal	29
Gráfico 2 – Páginas mais acessadas no Portal do Senado Federal	29
Gráfico 3 – Estatísticas de acesso ao Portal Saberes	30
Gráfico 4 – Estatísticas de acesso ao Portal Interlegis	30
Gráfico 5 – Páginas mais acessadas do Portal Interlegis	31
Gráfico 6 – Alunos matriculados nos cursos de pós-graduação em 2019 e 2020 por faixa etária	34
Gráfico 7 – Alunos matriculados nos cursos de pós-graduação em 2019 e 2020 por gênero	35
Gráfico 8 – Alunos matriculados nos cursos de pós-graduação em 2019 e 2020 por escolaridade	36
Gráfico 9 – Alunos matriculados nos cursos de pós-graduação em 2019 e 2020 por órgão público em que trabalham	37
Gráfico 10 – Alunos matriculados nos cursos presenciais e remotos da COTREN entre 2019 e 2020	38
Gráfico 11 – Cursos presenciais e remotos da COTREN em 2019 e 2020 por número de matriculados	39
Gráfico 12 – Avaliação dos alunos matriculados nos cursos presenciais e remotos da COTREN em 2019 e 2020 quanto ao atendimento de expectativas iniciais	40
Gráfico 13 – Avaliação dos alunos matriculados nos cursos presenciais e remotos da COTREN em 2019 e 2020 quanto à relevância para a atuação no trabalho	40
Gráfico 14 – Alunos matriculados nos cursos a distância oferecidos pela COTREN nas modalidades com ou sem tutoria nos anos de 2019 e 2020	41
Gráfico 15 – Alunos aprovados nos cursos a distância oferecidos pela COTREN nas modalidades com ou sem tutoria nos anos de 2019 e 2020	41
Gráfico 16 – Alunos matriculados por unidade da federação nos cursos	

a distância oferecidos pela COTREN nas modalidades com ou sem tutoria nos anos de 2019 e 2020	42
Gráfico 17 – Alunos matriculados por gênero nos cursos a distância oferecidos pela COTREN nas modalidades com ou sem tutoria nos anos de 2019 e 2020	43
Gráfico 18 – Alunos matriculados por grau de escolaridade nos cursos a distância oferecidos pela COTREN nas modalidades com ou sem tutoria nos anos de 2019 e 2020	43
Gráfico 19 – Alunos matriculados por faixa etária nos cursos a distância oferecidos pela COTREN nas modalidades com ou sem tutoria nos anos de 2019 e 2020	44
Gráfico 20 – Alunos matriculados por atividade profissional nos cursos a distância oferecidos pela COTREN nas modalidades com ou sem tutoria nos anos de 2019 e 2020	45
Gráfico 21 – Cursos a distância mais procurados oferecidos pela COTREN nas modalidades com ou sem tutoria nos anos de 2019 e 2020	46
Gráfico 22 – Avaliação dos alunos quanto ao atendimento das expectativas iniciais dos cursos a distância oferecidos pela COTREN nas modalidades com ou sem tutoria nos anos de 2019 e 2020	46
Gráfico 23 – Ações educacionais oferecidas pela COPERI nas modalidades presencial ou remota nos anos de 2019 e 2020	47
Gráfico 24 – Distribuição dos participantes das ações educacionais oferecidas pela COPERI nas modalidades presencial ou remota nos anos de 2019 e 2020 por tipo de instituição.	48
Gráfico 25 – Quantidade de alunos por UF nas ações educacionais oferecidas pela COPERI nas modalidades presencial ou remota nos anos de 2019 e 2020	48
Gráfico 26 – Avaliação dos alunos quanto ao atendimento das expectativas iniciais em relação às ações educacionais oferecidas pela COPERI nas modalidades presencial ou remota nos anos de 2019 e 2020	49
Gráfico 27 – Estatísticas de acesso aos subportais do Senado Federal	51

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dados da Mantenedora	9
Quadro 2 – Dados da IES	9
Quadro 3 – Composição da CPA	10
Quadro 4 – Atos normativos internos relacionados à CPA	12
Quadro 5 – Quadro geral do alcance de metas propostas pelo PDI 2016-2020	16
Quadro 6 – Situação das metas do eixo Ensino/Pesquisa/Inovação	16
Quadro 7 – Situação das metas do eixo Corpo Docente	19
Quadro 8 – Situação das metas do eixo Processos Internos	20
Quadro 9 – Situação das metas do eixo Corpo Técnico	23
Quadro 10 – Situação das metas do eixo Infraestrutura	25

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Orçamento do ILB para o exercício de 2019	27
Tabela 2 – Orçamento do ILB para o exercício de 2020	27
Tabela 3 – Avaliação dos alunos quanto à qualidade das instalações físicas do ILB em 2019 e 2020	50
Tabela 4 – Avaliação dos alunos quanto à qualidade dos atendimentos de suporte ao uso de tecnologias oferecidos em 2019 e 2020	50
Tabela 5 – Avaliação dos alunos quanto à qualidade das instalações sanitárias do ILB em 2019 e 2020	51

SUMÁRIO

Prólogo	6
Introdução	8
Contextualização da Instituição	9
Dados da Instituição	9
Comissão Própria de Avaliação (CPA)	9
Metodologia	14
Resultados e Discussão	15
Dimensão 1: Planejamento e Desenvolvimento Institucional	15
Monitoramento do PDI 2016-2020	16
Processo de Autoavaliação Institucional	25
Dimensão 2: Gestão Institucional	26
Planejamento financeiro	26
Meios de comunicação com a sociedade	28
Dimensão 3: Corpo Social	31
Aperfeiçoamento do corpo docente	31
Seleção de docentes	32
Atendimento a alunos	33
Dimensão 4: Desenvolvimento Profissional	33
Seleção de discentes para cursos lato sensu	33
Avaliação dos cursos e participantes	33
Dimensão 5: Infraestrutura	49
Plano de Ações de Melhoria	53
Considerações Finais	55

Prólogo

O Relatório de Autoavaliação Institucional – Anos Base 2019 e 2020 do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) atende ao que estabelece o SINAES (Lei nº 10.861/04) e o Regulamento da CPA/ILB, tendo consolidado como marcos de atuação dois objetivos:

- 1) analisar os resultados obtidos por meio dos instrumentos de avaliação utilizados;
- 2) utilizar os resultados das avaliações como insumos para o aperfeiçoamento da gestão da instituição e para os processos de tomadas de decisão, bem como para melhoria dos próprios instrumentos de avaliação.

O acompanhamento crítico das diferentes ações acadêmicas e institucionais se constitui em trabalho perene. A vivência de diferentes Projetos Pedagógicos, da gama de pesquisas aplicadas e das atividades de extensão têm apontado para a importância de se ter o conjunto destas dimensões que compõem o objeto das ações de avaliação, associado aos encaminhamentos e decisões tomadas do ponto de vista institucional do ILB.

O monitoramento das decisões decorrentes de cada componente analisado compreende saúde organizacional para o devido crescimento e fortalecimento desta Escola de Governo.

A determinação de realizar atividades avaliativas se impõe pela necessidade de aperfeiçoar os mecanismos de compreensão da realidade institucional. Esse foco se caracteriza pela adoção de dinâmicas de avaliação, em períodos de tempo e espaço organizados e definidos, o que sistematiza o conhecimento e torna a sua interpretação mais amadurecida e consistente.

Neste sentido, o trabalho avaliativo se fortalece por sua utilidade, uma vez que, conhecendo as demandas mais específicas das diferentes especialidades e setores, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) consegue apontar informações mais precisas para as tomadas de decisão, que geram reorientação das ações e superação das deficiências.

Para que as ações de acompanhamento e avaliação se tornem efetivas, sua condução exige o acompanhamento do cotidiano dos sujeitos, o que inclui, entre outros aspectos:

- Sua integração na agenda do ILB como parte da dinâmica dos trabalhos;
- Decisões compartilhadas entre seus diferentes membros;
- Apoio operacional e especialmente tecnológico para agilização de coleta e análise de dados;
- Elaboração de manuais técnicos, protocolos e instrumentos de orientação que dêem suporte à implementação das atividades avaliativas; e
- Difusão crítico-analítica dos processos decisórios.

A CPA tem desencadeado diferentes práticas avaliativas além das tradicionais feitas em formulários estruturados, tendo sido também frequentes os seminários avaliativos por curso, as reuniões setoriais, os grupos focais e outros, que têm colaborado para o aperfeiçoamento da qualidade, da organização didático-pedagógica do ensino, da pesquisa e da extensão.

No relatório avaliativo referente ao exercício de 2019 e 2020, a CPA apresenta os resultados das análises realizadas nas seguintes dimensões:

- Planejamento e Desenvolvimento Institucional;
- Gestão Institucional;
- Corpo Social;
- Desenvolvimento Profissional;
- Infraestrutura Física.

Cabe ressaltar que o período abrangido por este relatório foi marcado pela pandemia de COVID-19, a qual impactou sobremaneira o mundo e, em especial, as ações educacionais, o que inevitavelmente acabou se refletindo nos trabalhos desta comissão. Tais dificuldades estão relatadas em diferentes seções deste documento.

Por fim, ressalta-se que, por se tratar de um relatório de autoavaliação integral, nele se encontra uma análise global do PDI vigente (2016-2020), bem como um conjunto de sugestões de melhoria para o ILB, identificado a partir das análises, reflexões e dificuldades encontradas por esta comissão.

1. Introdução

O objetivo deste relatório é sintetizar os resultados do processo de autoavaliação institucional realizado pelo Instituto Legislativo Brasileiro – ILB nos anos de 2019 e 2020, com vistas a fomentar as políticas de educação instituídas e propor ações para a melhoria permanente da qualidade acadêmica dos cursos oferecidos.

Fundado em 1997, o Instituto Legislativo Brasileiro é a Escola de Governo do Senado Federal, com a missão de formar, treinar, capacitar recursos humanos e aperfeiçoar a formação dos profissionais do Poder Legislativo. Para o cumprimento desta importante missão o ILB executa a política de capacitação do Senado Federal e o Programa de Integração e Modernização do Poder Legislativo (Interlegis).

O Instituto Legislativo Brasileiro oferece educação corporativa para os servidores do Senado com cursos de curta duração, presenciais e a distância (EaD), além de cursos de natureza acadêmica como os de pós-graduação nos níveis de extensão e *lato sensu*. Os cursos de pós-graduação se estendem a servidores da Câmara dos Deputados, do Tribunal de Contas da União, da Câmara Legislativa do Distrito Federal e de outros órgãos conveniados.

Todos os cursos EaD autoinstrucionais e alguns cursos com tutoria são abertos e gratuitos para cidadãos de todo o país e tratam de várias áreas do conhecimento, como Ciência Política, Direito, Administração Pública, Gestão de Pessoas, Comunicação e Economia.

As atividades de ensino, pesquisa e extensão promovidas pelo ILB são organizadas e implementadas pela Coordenação de Educação Superior (COESUP), pela Coordenação de Capacitação, Treinamento e Ensino (COTREN) e pela Coordenação de Planejamento Estratégico e Relações Institucionais (COPERI), sendo esta última a responsável pelas ações do Programa Interlegis.

Este relatório apresenta os resultados das ações de avaliação institucional do ILB, envolvendo cursos de pós-graduação e extensão desenvolvidos pela COESUP, cursos livres realizados pela COTREN e também oficinas, seminários e eventos promovidos pela COPERI.

2. Contextualização da Instituição

2.1. Dados da Instituição

Quadro 1 – Dados da Mantenedora

Nome	Senado Federal
Código	16100
CNPJ	00.530.279/0001-15
Natureza jurídica	Órgão Público do Poder Legislativo Federal
Representante legal	José Floriano Pereira Lima Filho

Fonte de dados: Sistema E-Mec

Quadro 2 – Dados da IES

Nome	Instituto Legislativo Brasileiro – ILB
Código	21508
Organização acadêmica	Escola de Governo
Tipo de credenciamento	Escola Governo – EaD / Escola Governo – Presencial
Conceito Institucional	4 (2018)
Procurador Institucional	Matheus Garcia Barbosa de Figueiredo

Fonte de dados: Sistema E-Mec

2.2. Comissão Própria de Avaliação (CPA)

A CPA do ILB foi instituída por meio da Portaria da Diretoria-Geral nº 2638 de 2014 e, atualmente, está regulamentada pela Portaria do ILB nº 2/2021. Trata-se de um órgão de representação da comunidade acadêmica no ILB, e que tem, como parte de suas atribuições, a responsabilidade pela condução dos processos de autoavaliação institucional.

Para assegurar sua legitimidade, obedecendo ao princípio da equilibrada representatividade da comunidade acadêmica, a composição da CPA está assim definida:

- 1 representante da Diretoria Executiva do ILB;
- 1 representante da Secretaria de Gestão de Pessoas do Senado Federal;
- 1 representante dos alunos;
- 1 representante dos docentes;
- 1 representante de cada coordenação de ensino do ILB (COESUP, COTREN e COPERI);
- 1 representante dos coordenadores de curso;
- 1 representante do pessoal técnico-administrativo do ILB;
- 1 representante da sociedade civil.

Os membros atuais da CPA foram definidos pela Portaria do ILB nº 3, de 2021, e podem ser vistos no Quadro 3.

Quadro 3 – Composição da CPA

Instância	Nome do Representante	Cargo
Diretoria Executiva do ILB	Luis Fernando Pires Machado (presidente da CPA)	Coordenador-Geral
Coordenação de Educação Superior (COESUP)	Matheus Garcia Barbosa de Figueiredo (vice-presidente da CPA)	Chefe do Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão
Coordenação de Capacitação, Treinamento e Ensino (COTREN)	Janete Sayuri Fujihara	Assistente Técnico do Serviço de Ensino a Distância

Coordenação de Planejamento e Relações Institucionais (COPERI)	Marcelo Azevedo Larroyed	Chefe do Serviço de Planejamento e Projetos Especiais
Secretaria de Gestão de Pessoas do Senado Federal (SEGP)	Paulo Ricardo dos Santos Meira	Assessor Técnico da Secretaria de Gestão de Pessoas
Corpo Discente	Dalmo Jorge Lima Palmeira	Aluno do curso de Pós-Graduação em Orçamento Público
Coordenadores de Cursos do ILB	Pedro Augusto Ramirez Monteiro	Analista Legislativo e Coordenador-Pedagógico do curso de Orçamento Público
Corpo Docente	Rafael Silveira e Silva	Consultor Legislativo do Senado Federal e professor dos cursos de Orçamento Público e Poder Legislativo e Direito Parlamentar
Sociedade Civil	Florian Augusto Coutinho Madruga	Presidente da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas – ABEL
Corpo Técnico-Administrativo	Telma América Venturelli	Pedagoga

Fonte de dados: CPA/ILB

Desde que foi instituída, a CPA passou por diversas alterações em seu regulamento e recomposições em seu quadro de representantes. Os atos normativos que implementaram tais mudanças estão listados no Quadro 4, em ordem cronológica decrescente.

Quadro 4 – Atos normativos internos relacionados à CPA

Ato normativo	Alteração realizada
Portaria do Instituto Legislativo Brasileiro nº 3 de 2021	Designação de membros
Portaria do Instituto Legislativo Brasileiro nº 2 de 2021	Regulamentação da CPA
Portaria do Instituto Legislativo Brasileiro nº 2 de 2020	Designação de membros
Portaria do Instituto Legislativo Brasileiro nº 1 de 2020	Modificação do regulamento da CPA
Portaria do Instituto Legislativo Brasileiro nº 6 de 2018	Designação de membros
Portaria do Instituto Legislativo Brasileiro nº 4 de 2018	Designação de membros
Portaria do Instituto Legislativo Brasileiro nº 2 de 2017	Designação de membros
Portaria do Instituto Legislativo Brasileiro nº 3 de 2016	Designação de membros
Portaria do Instituto Legislativo Brasileiro nº 2 de 2016	Modificação do regulamento da CPA
Portaria do Instituto Legislativo Brasileiro nº 1 de 2016	Modificação do regulamento da CPA
Portaria da Diretoria-Geral nº 1460 de 2016	Revogação de portarias anteriores
Portaria da Diretoria-Geral nº 5731 de 2015	Substituição de membros
Portaria da Diretoria-Geral nº 3947 de 2015	Modificação do regulamento da CPA e designação de membros
Portaria da Diretoria-Geral nº 2638 de 2014	Instituição da CPA

Fonte de dados: CPA/ILB

Para melhor realizar suas atividades, a CPA conta com o apoio operacional da Diretoria Executiva do ILB e da Secretaria Acadêmica, vinculada à Coordenação de Educação Superior, que provê informações e documentos sempre que necessário (por exemplo, para estudos de evasão e para tomada de decisões e formulação de políticas acadêmicas adequadas).

A CPA dispõe de uma sala própria para reuniões, climatizada, com mesa de reunião, telefone com linha para ligações externas, material de escritório e computador

conectado à internet, contendo softwares de editoração básica. No entanto, em 2020, em virtude da pandemia, as atividades da CPA foram executadas de forma remota.

3. Metodologia

O processo de autoavaliação feito pela CPA é realizado conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional do ILB (PDI). Os dados são coletados por meio dos instrumentos de avaliação desenvolvidos e aprovados pelo colegiado da CPA. Alguns dos principais resultados estão consolidados e organizados no presente documento.

Os procedimentos metodológicos adotados estão estabelecidos pela Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65/2014 (Roteiro de Autoavaliação Institucional). Como não há orientação específica para as escolas de governo, os critérios foram adaptados de acordo com o PDI do ILB.

Nos cursos de educação superior, que abarcam as atividades educacionais de pós-graduação nos níveis de *lato sensu* e extensão, os instrumentos foram aplicados por meio físico em 2019 e por meio de formulários eletrônicos em 2020.

Nas ações educacionais do Programa Interlegis e nas atividades de capacitação e treinamento, os instrumentos de avaliação foram preenchidos nas plataformas digitais utilizadas pelo ILB.

4. Resultados e Discussão

Esta seção apresenta dados e informações pertinentes a cada uma das dimensões do SINAES. Buscando facilitar o desenvolvimento do relatório de autoavaliação, bem como o processo avaliativo em sua integralidade, está organizada em subseções referentes a cada uma das dimensões previstas no Instrumento para Avaliação Institucional Externa específico para Escolas de Governo.

4.1. Dimensão 1: Planejamento e Desenvolvimento Institucional

O ILB atua no cumprimento de sua missão institucional, na medida em que todas as ações educacionais trazem em seus objetivos a produção e disseminação de conhecimento voltados para o aperfeiçoamento do Poder Legislativo. É importante destacar que o que se tem chamado de aperfeiçoamento muitas vezes abarca conhecimentos básicos, como, por exemplo, a redação e a técnica legislativa.

A inclusão das ações do Programa Interlegis no rol das ações educacionais do ILB permitiu o amadurecimento e a compreensão da necessidade de disseminação de conteúdos que cooperam para o ajuste do Legislativo ao seu verdadeiro tamanho e importância. Um bom exemplo disso são as inúmeras oficinas para a revisão dos Regimentos Internos e das Leis Orgânicas Municipais. O impacto dessa ação educacional especificamente ainda carece de acompanhamento mais acurado, o que fornece ao campo da Ciência Política um rico objeto de estudos.

Mesmo em cenários tão adversos como os enfrentados no ano de 2020 com a pandemia, o ILB manteve as ações de ensino tradicionais, voltadas para a formação de pós-graduação *lato sensu*, os cursos de extensão, os treinamentos solicitados no Plano de Capacitação Anual dos Servidores do Senado Federal (PCASF) e as oficinas do Programa Interlegis. Tal fato somente foi possível mediante esforço conjunto que adaptou tais ações de capacitação ao modelo remoto, mas que teve, como um efeito colateral positivo, a possibilidade de ampliar seu alcance.

4.1.1. Monitoramento do PDI 2016-2020

A execução do PDI 2016-2020 mostrou-se bem-sucedida, tendo sido alcançadas 59 das 61 metas propostas (97%). Tal situação pode ser vista no Quadro 5, que mostra de maneira sintética a situação geral das metas apresentadas para cada eixo.

Quadro 5 – Quadro geral do alcance de metas propostas pelo PDI 2016-2020

EIXO	Metas apresentadas	Metas alcançadas	Metas não atendidas	Metas canceladas	% metas alcançadas
ENSINO / PESQUISA / INOVAÇÃO	19	19	0	0	100%
CORPO DOCENTE	8	8	0	0	100%
PROCESSOS INTERNOS	20	20	0	0	100%
CORPO TÉCNICO	9	8	0	1	89%
INFRAESTRUTURA	5	4	1	0	80%
TOTAL	61	59	1	1	97%

Fonte de dados: DEXILB

Os quadros de 6 a 10, apresentados a seguir, permitem o acompanhamento detalhado da situação de cada uma das metas.

Quadro 6 – Situação das metas do eixo Ensino/Pesquisa/Inovação

EIXO: ENSINO/PESQUISA/INOVAÇÃO			
Objetivo/Meta	Descrição	Setor	Situação
Objetivo 1	Capacitar Servidores e Parlamentares do Senado Federal e das demais Casas Legislativas.		
Meta (a)	Implantar até 2017 novo curso de pós-graduação <i>lato sensu</i> em Análise de Constitucionalidade.	COESUP	Durante a vigência do PDI, foi concluída a 2ª edição da Especialização em Direito Legislativo. Como aprofundamento do eixo "Direito Legislativo", em articulação com a área de Processo Legislativo, iniciou-se a concepção do Curso Poder Legislativo e Direito Parlamentar.
Meta (b)	Implantar até 2017 novo curso de pós-graduação <i>lato sensu</i> em Gestão de Pessoas no Poder	COESUP	Executado o curso MBA em Gestão de Pessoas no Setor Público (em parceria com a UnB) e MBA em

	Legislativo.		Gestão de Pessoas, e o MBA Gestão Integrada de Projetos (promovido integralmente pelo ILB).
Meta (c)	Implantar até 2018 novo curso de pós-graduação <i>lato sensu</i> em Processo Legislativo.	COESUP	Executados os cursos de Especialização em Avaliação de Políticas Públicas (2018) e Democracia, Direito Eleitoral e Poder Legislativo (2018, em parceria com o TSE).
Meta (d)	Capacitar, anualmente, 30 servidores em nível de pós-graduação.	COESUP	Executado. Entre 2016 e 2020 foram formados 334 alunos nos cursos de pós-graduação e extensão de nível superior, média superior a 60 por ano.
Objetivo 2	Aprimorar a gestão e o Processo Legislativo.		
Meta (a)	Criar grupo de estudos para avaliar os processos de gestão no âmbito do Instituto Legislativo Brasileiro até dezembro de 2016.	DEXILB	Foi elaborada minuta de Portaria instituindo o Comitê Técnico de Planejamento (COPLAN), com representantes das diversas coordenações do Instituto, do Escritório Setorial de Gestão e do Serviço de Apoio Técnico (ver anexo I).
Objetivo 3	Implantar política de educação corporativa.		
Meta (a)	Revisar 100% dos instrumentos de avaliação utilizados no âmbito dos programas de ensino do ILB até dezembro de 2016.	CPA	Executado. Todos os instrumentos de avaliação da CPA foram reformulados, testados e vêm sendo aplicados desde janeiro de 2017.
Meta (b)	Criar um projeto interno de formação pedagógica para as áreas de ensino do ILB até dezembro de 2017.	COTREN	A COTREN oferece desde 2015 cursos voltados à formação pedagógica de seu corpo docente. A última inovação refere-se à exigência de curso de formação para os facilitadores do Programa de Formação Gerencial.
Objetivo 4	Modernizar as Casas Legislativas, provendo tecnologia da informação e instrumentos de comunicação.		
Meta (a)	Desenvolver um programa de extensão para a difusão de instrumentos tecnológicos de informação e comunicação para as Casas Legislativas de todo o país até dezembro de 2017.	COPERI	Atendida pela execução das oficinas do Programa Interlegis, voltadas à difusão de tecnologias, e do Programa de Formação Legislativa.
Meta (b)	Realizar novo Censo das Casas Legislativas de todo o país até 2018.	COPERI	Atendida pela parceria com o DataSenado.
Objetivo 5	Fortalecer comunicação e relacionamento em rede.		

Meta (a)	Participar de todos os projetos de estudos técnicos e pesquisas desenvolvidas no âmbito do SEGU que sejam de interesse institucional.	COESUP	Executado. A COESUP tem representado o ILB em reuniões do SEGU e outros fóruns que tratam das escolas de governo.
Objetivo 6	Ampliar resultados das parcerias institucionais.		
Meta (a)	Garantir intercâmbio de cotas mínimas para que servidores de outras casas legislativas parceiras, bem como do Senado Federal, tenham acesso à formação de pós-graduação diversificada e de interesse do Poder Legislativo.	COPERI	Atendida pela contínua ação de divulgação exercida pela COPERI junto aos veículos de comunicação e mídias sociais da casa e de instituições parceiras. E também pela abertura de vagas nos cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> para alunos especiais vindos de diversas Casas Legislativas do país.
Meta (b)	Desenvolver um estudo técnico para verificar a disponibilidade de realização de novas parcerias, a exemplo do curso interinstitucional de Pós-Graduação em Orçamento Público, até dezembro de 2017.	COESUP	Executado. Desde 2013 o ILB vem firmando parcerias institucionais para o fornecimento de vagas nos cursos de extensão e pós-graduação <i>lato sensu</i> , como por exemplo com a ONU, o TSE, a ESD e outros.
Objetivo 7	Inovar produtos e serviços.		
Meta (a)	Criar um instrumento de difusão de casos de sucesso no âmbito do Poder Legislativo até dezembro de 2018.	COPERI	Atendida por intermédio da ação contínua da equipe de jornalismo da COPERI disseminando os casos de sucesso no Facebook, Instagram, outras redes sociais do ILB e do Senado Federal, bem como na participação de eventos promovidos por órgãos municipais, estaduais e federais.
Meta (b)	Criar uma política de incentivo à inovação e à melhoria contínua dos serviços do âmbito das Casas Legislativas até dezembro de 2018.	COPERI	Atendida com a realização de edições do EnGITEC, com a criação e lançamento do Panorama Legislativo Municipal, e com o estímulo à assinatura dos acordos de cooperação técnica, observando-se a nova normatização para o pacto.
Objetivo 8	Incentivar a produção científica e tecnológica.		
Meta (a)	Criar um projeto piloto de pesquisa para estudar o Poder Legislativo em nível municipal e estadual até dezembro de 2017.	COPERI	Atendida por meio do projeto da plataforma Panorama Legislativo Municipal.
Meta (b)	Propor uma política de incentivo aos estudos e pesquisas no âmbito do Senado Federal até dezembro	DEXILB	Os grupos de estudo foram implementados em novembro de 2018.

	de 2017.		
Meta (c)	Publicar 100% dos estudos e pesquisas desenvolvidos com o apoio ou subsídio do Senado Federal.	DEXILB	Atendido como política de divulgação científica do Senado Federal.
Meta (d)	Realizar, bienalmente, Seminários de Estudos e Pesquisas no Poder Legislativo.	DEXILB	Atendido por meio de diversas ações de divulgação científica feitas internamente e pelo Senado Federal.
Meta (e)	Realização do Concurso Bienal de Teses, Dissertações e Monografias do Senado Federal em 2017.	DEXILB	Atendido. Concurso realizado pela mantenedora.

Fonte de dados: DEXILB

Quadro 7 – Situação das metas do eixo Corpo Docente

EIXO: CORPO DOCENTE			
Objetivo/Meta	Descrição	Setor	Situação
Objetivo 1	Adequar o quadro efetivo qualitativa e quantitativamente.		
Meta (a)	Integrar em todas as equipes de ensino do ILB profissionais com licenciatura ou especialização na área da educação.	DEXILB	Atendido por meio da implementação do Banco de Talentos.
Meta (b)	Levantar o quantitativo de pessoal necessário para a formação de quadro próprio de professores até dezembro de 2017.	DEXILB	Atendido por meio da implementação do Banco de Talentos.
Objetivo 2	Promover a formação pedagógica dos educadores que atuam no ILB.		
Meta (a)	Criar um plano de capacitação para a formação pedagógica dos educadores que atuam no ILB até dezembro de 2017.	COTREN	A COTREN oferece desde 2015 cursos voltados à formação pedagógica de seu corpo docente. A última inovação refere-se à exigência de curso de formação para os facilitadores do Programa de Formação Gerencial.
Meta (b)	Capacitar 100% do corpo docente dos cursos de pós-graduação em didática.	COESUP	Atendido por meio de atividades didático-pedagógicas implementadas a cada novo curso.
Objetivo 3	Incentivar a participação democrática de docentes na elaboração e avaliação de projetos educacionais.		
Meta (a)	Consultar 100% do corpo docente no desenvolvimento de novas propostas pedagógicas no âmbito da pós-graduação.	COESUP	Atendida como procedimento usual para a elaboração, revisão e atualização dos projetos pedagógicos dos cursos de extensão e pós-graduação <i>lato sensu</i> .

Meta (b)	Realizar, em 100% dos cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> , uma oficina de avaliação das ações de capacitação desenvolvidas pelo ILB com a participação dos professores.	COESUP	Atendido como procedimento usual para avaliação e correção de rumos dos cursos.
Objetivo 4	Incentivar a participação de docentes em eventos educacionais.		
Meta (a)	Divulgar junto ao corpo docente dos cursos de pós-graduação as oportunidades de eventos educacionais na respectiva área de saber.	COPERI/ DEXILB	Executado.
Meta (b)	Estabelecer, ao menos, uma parceria anual para a oferta gratuita ou com desconto em eventos educacionais para os docentes dos cursos de pós-graduação.	DEXILB	Executado por meio da política de pessoal do Senado Federal, e também por meio de eventos, como o CIAED.

Fonte de dados: DEXILB

Quadro 8 – Situação das metas do eixo Processos Internos

EIXO: PROCESSOS INTERNOS			
Objetivo/Meta	Descrição	Setor	Situação
Objetivo 1	Aperfeiçoar arquitetura e implantar sistemas de informações gerenciais.		
Meta (a)	Implantar um sistema de gestão acadêmica na Secretaria Acadêmica do ILB até dezembro de 2017.	SEAT	Foi cumprida com o treinamento específico dos servidores do Serviço de Secretariado Acadêmico (SESEA), com a adoção do sistema SOLIS GE (antigo SAGU).
Meta (b)	Implantar a política de gestão arquivística na Secretaria Acadêmica do ILB até dezembro de 2016, com base nas normas do Senado Federal e do MEC.	SEAT	Foi realizado um diagnóstico da situação arquivística no âmbito do ILB, bem como a atualização dos códigos de classificação. Os novos códigos foram objeto de treinamento dos servidores do SESEA, por parte da Coordenação de Arquivo da Secretaria de Gestão de Informação e Documentação.
Objetivo 2	Ampliar a autonomia de gestão.		

Meta (a)	Fortalecer os fóruns democráticos de decisão (Comitê científico-pedagógico e CPA) por meio da produção de cartilhas explicativas até dezembro de 2016.	COPERI	Cartilhas impressas: “CPA – Comissão Própria de Avaliação” e “Comitê Científico-Pedagógico”.
Meta (b)	Atualizar o planejamento estratégico do ILB até dezembro de 2016.	COPERI	O ILB passou a integrar o Planejamento Estratégico do Senado Federal, contribuindo para a sua implementação enquanto braço institucional da educação corporativa.
Objetivo 3	Adotar melhores práticas de comunicação e transparência.		
Meta (a)	Utilizar o <i>site</i> do ILB como instrumento de publicização de 100% dos projetos, normas e atas desenvolvidas no âmbito do ILB.	DEXILB	Foram realizados esforços para atualização tanto do <i>site</i> do ILB quanto da página da intranet para melhor comunicação com a comunidade em geral. A intranet atinge a totalidade dos servidores da Casa e tem destaque para o item Educação, no qual são explicitadas todas as notícias pertinentes ao ILB, tais como abertura de cursos, seleção de colaboradores educacionais e capacitação externa, dentre outros.
Meta (b)	Atender 100% de todos os pedidos de informação interna e externa no prazo máximo de 5 dias úteis.	DEXILB	Atendido.
Objetivo 4	Fomentar a participação do cidadão.		
Meta (a)	Criar um canal de relacionamento com o cidadão via redes sociais até dezembro de 2016.	COPERI	Atendida pelas mídias sociais do ILB, do Programa Interlegis e do Senado Federal.
Meta (b)	Garantir em todos os fóruns democráticos de decisão a participação de representantes do corpo discente e docente.	DEXILB	Atendido por meio de atos internos do ILB que garantem a participação docente e discente no CCP e ainda a participação da sociedade civil na CPA.
Objetivo 5	Aumentar a eficiência institucional pelo uso de recursos tecnológicos e de comunicação.		
Meta (a)	Utilizar em 100% dos processos de geração de documentos do ILB o sistema de processos digital Sigad.	ILB	Executado.
Objetivo 6	Institucionalizar procedimentos administrativos.		
Meta (a)	Disponibilizar 100% de formulários em modelo eletrônico	ILB	Executado.

	até dezembro de 2016.		
Meta (b)	Mapear 100% dos processos administrativos da Coordenação de Educação Superior até dezembro de 2018.	SEAT	Executado.
Objetivo 7	Revisar Marcos Regulatórios.		
Meta (a)	Revisar o regulamento dos Cursos Pós-Graduação <i>lato sensu</i> do ILB até dezembro de 2016.	SEAT	Foram promovidas alterações no Regulamento da Pós-Graduação. O trabalho é contínuo, pois visa adequar os procedimentos desta Escola às experiências adquiridas em cada curso realizado, em decorrência da participação ativa de docentes e discentes.
Meta (b)	Criar o marco regulatório para concessão de afastamento para estudo no exterior ou participação em programa <i>stricto sensu</i> no país (arts. 95 e 96-A da Lei 8112/1990) até dezembro de 2016.	DEXILB	A Portaria do ILB nº 1, de 2017, que dispõe sobre a concessão de afastamentos dos servidores do Senado Federal para participarem de programa de pós-graduação <i>stricto sensu</i> foi publicada no Boletim Administrativo do Senado Federal em 20/07/2017.
Meta (c)	Criar um marco regulatório para a difusão de conhecimentos dos beneficiados com apoio parcial ou total, em pecúnia ou liberação do horário regular de trabalho, para participação em atividade de capacitação em nível de pós-graduação, até dezembro de 2017.	SEAT	Termos normativos que disciplinam a matéria constituem regra do Regulamento Administrativo do Senado Federal (RASf), no qual acha-se estipulada a política de disseminação e de aplicação do conhecimento adquirido na pós-graduação. De conformidade com nossos dispositivos legais, quando requisitado pelo ILB, o servidor beneficiado com incentivos do Senado Federal para participar de programa de pós-graduação, sem a percepção de qualquer pagamento, inclusive a GEEC, deverá difundir os novos conhecimentos em palestras, seminários ou aulas.
Objetivo 8	Implantar Plano de Capacitação para o Legislativo.		
Meta (a)	Desenvolver um modelo integrado do Plano de Capacitação para o Legislativo que abranja todos os programas de ensino do Instituto até dezembro de 2017.	COPERI	Atendido por meio do Plano de Capacitação do Senado Federal e pelo Programa de Formação Legislativa.

Meta (b)	Produzir relatório anual de avaliação do Plano de Capacitação para o Legislativo.	COPERI	Em função da publicação e oficialização do Plano de Capacitação do Senado Federal, em 28 de junho de 2017, após o término das atividades do ILB são elaborados e publicados os relatórios devidos.
Objetivo 9	Implantar sistemas de planejamento, execução e controle financeiro.		
Meta (a)	Implantar, em todos os processos administrativos de cursos de pós-graduação, relatórios parciais de controle de execução orçamentária até dezembro de 2016.	COADFI	A extração de relatórios e o controle da execução dos cursos de pós-graduação são realizados a partir do Sistema Instrutoria, onde se registram todos os pagamentos referentes à GECC.
Meta (b)	Desenvolver modelo de prestação de contas da execução de atividades que fazem jus ao pagamento de encargos de curso ou concurso até dezembro de 2016.	COADFI	O DashBoardGECC emite vários relatórios (individuais, consolidados, por facilitador, por exercício e outros). São extraídos <i>prints</i> desses relatórios, que passam a instruir os processos de pagamento.
Objetivo 10	Aferir e evidenciar custos e resultados.		
Meta (a)	Criar indicadores de execução e controle financeiro até dezembro de 2017.	COADFI	O controle é realizado por meio de relatório que demonstra a execução dos recursos, detalhados por item do Plano de Contratações.
Meta (b)	Apresentar, anualmente, relatório dos resultados alcançados pelo ILB.	COPERI	Meta cumprida.

Fonte de dados: DEXILB

Quadro 9 – Situação das metas do eixo Corpo Técnico

EIXO: CORPO TÉCNICO			
Objetivo/Meta	Descrição	Setor	Situação
Objetivo 1	Promover integração, cultura e clima organizacional.		
Meta (a)	Envolver 100% de todas as equipes do ILB na fase 2 do projeto “Desenvolvimento de Equipes” até dezembro de 2016.	COTREN	Atendido.
Meta (b)	Capacitar 100% dos gestores do ILB no Programa de Formação Gerencial até dezembro de 2016.	COTREN	Atendido por meio do PFG.
Meta (c)	Realizar uma campanha interna anual para a conscientização das prioridades organizacionais da Escola, a exemplo da campanha sobre o credenciamento do ILB.	SEAT	Tivemos uma exitosa campanha realizada em 2016, e em 2017 procedemos a ampla divulgação do credenciamento do ILB junto ao MEC, que nos levou à realização de

			palestras e oficinas de trabalho.
		COPERI	Atendida pelas campanhas “Recredenciamento fase 1”, “Programa de Formação Gerencial”, “Fique por dentro” e “Recredenciamento fase 2”.
Objetivo 2	Adequar o quadro efetivo qualitativa e quantitativamente.		
Meta (a)	Contratar via concurso público ou captar internamente no Senado Federal profissionais com formação ou interesse pela área de treinamento e desenvolvimento de pessoas.	DEXILB	Além da captação de colaboradores educacionais para as ações e projetos desenvolvidos pelo ILB, o Instituto tem buscado novos integrantes para compor seu corpo técnico por meio de anúncios na intranet, convites individuais e utilizando-se do Sistema de Recrutamento Interno.
Meta (b)	Capacitar, anualmente, as equipes do ILB para o desenvolvimento de expertise em diagnóstico, planejamento, execução, controle e avaliação pedagógica.	COTREN	Atendido por meio da execução de cursos presenciais, a distância e híbridos a respeito de melhores práticas pedagógicas.
		DEXILB	Foram realizadas ações nesse sentido, sendo de importância destacar três delas: atividade pontual realizada em 2015, por meio de parceria com a Enap; Encontro de Educação Legislativa, em 2016; Curso de Andragogia, ministrado em maio de 2017, dirigido ao corpo técnico.
Meta (c)	Capacitar o corpo técnico da Coordenação de Educação Superior para a gestão da secretaria acadêmica até dezembro de 2016.	COESUP	Em 2014, os servidores do Serviço de Secretariado Acadêmico receberam treinamento em registro acadêmico. Em 2016, participaram dos cursos de SIGAD e SEGU. A partir de 2020 se iniciou processo de desenvolvimento interno de Sistema de Gerenciamento Acadêmico, que está em fase de finalização.
Objetivo 3	Implantar gestão por competências.		
Meta (a)	Criar um projeto-piloto de gestão por competências no âmbito do ILB até dezembro de 2018.	DEXILB	Meta não corresponde mais à metodologia de Gestão de Recursos Humanos adotada pela mantenedora, Senado Federal.

Fonte de dados: DEXILB

Quadro 10 – Situação das metas do eixo Infraestrutura

EIXO: INFRAESTRUTURA			
Objetivo/Meta	Descrição	Setor	Situação
Objetivo 1	Assegurar a unificação física, administrativa, financeira e tecnológica.		
Meta (a)	Desenvolver um estudo de viabilidade de unificação das sedes do ILB até dezembro de 2017.	DEXILB	Atendida em 2020.
Objetivo 2	Implantar a política de acessibilidade do Senado Federal no âmbito do Instituto.		
Meta (a)	Desenvolver estudo de acessibilidade do Instituto com a participação de servidores com necessidades especiais até dezembro de 2016.	DEXILB	A mantenedora publicou o Plano de Acessibilidade do Senado Federal, que tem por objetivo promover a acessibilidade e a inclusão de pessoas com deficiência e garantir a sua participação plena e efetiva no convívio diário com a atividade pública do Senado Federal. A Portaria da Diretoria-Geral nº 650 de 2016 instituiu Grupo de Trabalho que foi responsável pelo monitoramento das ações, revisão e atualização do documento. O bloco 12, sede principal do ILB e onde se encontra a maior parte da estrutura do ILB está adaptado. Os cursos a distância sofreram adaptações de modo a atender aos requisitos de acessibilidade.
Meta (b)	Adquirir cadeiras adaptadas para pessoas com alto padrão corpóreo até dezembro de 2017.	COADFI	Executado.
Meta (c)	Reformar os banheiros da unidade de ensino até dezembro de 2017.	COADFI	Executado.
Objetivo 3	Investir na atualização tecnológica dos recursos disponíveis.		
Meta (a)	Adquirir novos equipamentos para a central de vídeo do ILB até dezembro de 2018.	COADFI	Aquisição em andamento.

Fonte de dados: DEXILB

4.1.2. Processo de Autoavaliação Institucional

O processo de autoavaliação institucional do ILB já vem sendo realizado há alguns anos e, neste momento, passa por importante momento de amadurecimento, por meio da sensibilização de todas as áreas, tanto da alta gestão quanto do corpo social.

Mesmo cientes da importância dos processos de avaliação institucional, o ano de 2020, em que o mundo foi surpreendido pela pandemia, trouxe desafios absurdamente complexos, especialmente para o setor educacional, que precisou encontrar novas formas para manter o seu funcionamento.

O isolamento social imposto pela pandemia desmobilizou a organização das ações educacionais presenciais de tal sorte que foram necessários esforços e investimento em tecnologia da informação para encontrar, no curto prazo, alternativas que garantissem a realização das aulas e de outros eventos.

Neste cenário, a CPA do ILB precisou adiar alguns de seus procedimentos, reorganizar calendários e, no espírito de colaboração, aguardar que os ambientes de reunião e aula remota fossem preparados e estivessem em pleno funcionamento.

Infelizmente, muitas foram as vidas perdidas pela pandemia. O ILB, o Senado Federal e as instituições parceiras perderam colaboradores, colegas, amigos, alunos e docentes. Além da dor das famílias, o vazio deixado nos ambientes de trabalho e estudo ainda precisa ser assimilado.

De resto, constata-se neste relatório, e no cotejo deste com os anteriores, que houve prejuízos ao processo de autoavaliação institucional em relação ao nível de abrangência e completude que até então vinham sendo empregados. Não se trata, no entanto, de uma ruptura no processo avaliativo, uma vez que os procedimentos de avaliação de cursos, disciplinas, professores e demais componentes relacionados às ações educacionais continuaram ocorrendo – houve apenas redução do escopo em virtude de inúmeras dificuldades técnicas decorrentes das mudanças que a pandemia nos obrigou a realizar de forma rápida e inesperada.

Espera-se que todos esses elementos estejam melhor analisados no relatório de 2021, uma vez que os relatórios de avaliação, assim como as demais atividades da CPA, já deverão estar plenamente restabelecidos.

4.2. Dimensão 2: Gestão Institucional

4.2.1. Planejamento financeiro

O Senado Federal, instituição mantenedora, assegura anualmente os recursos financeiros para que o ILB possa promover suas ações educacionais. Tal orçamento é

reservado por meio da elaboração do Plano de Capacitação Anual dos Servidores do Senado Federal (PCASF), o qual é elaborado pelo ILB e submetido à aprovação de seu Conselho de Supervisão.

As tabelas a seguir, obtidas junto à Coordenação de Administração e Finanças (COADFI), detalham o orçamento do ILB para os anos de 2019 (Tabela 1) e 2020 (Tabela 2).

Tabela 1 – Orçamento do ILB para o exercício de 2019

Exercício de 2019				
Detalhamento	Total Empenhado (orçamento do ano)	Valor Liquidado (orçamento do ano)	Valor Pago (orçamento do ano)	Restos a pagar pagos (orçamento anos anteriores)
Pagamento de professores	1.195.473,39	505.008,36	505.008,36	202.197,76
Inscrição em cursos e congressos	596.814,01	440.236,01	440.236,01	35.519,50
Outros (PF)	7.723,71	7.723,71	7.723,71	–
Outros (PJ)	–	–	–	–
TOTAL	1.800.011,11	952.968,08	952.968,08	237.717,26

Fonte: COADFI/ILB

Tabela 2 – Orçamento do ILB para o exercício de 2020

Exercício de 2020				
Detalhamento	Total Empenhado (orçamento do ano)	Valor Liquidado (orçamento do ano)	Valor Pago (orçamento do ano)	Restos a pagar pagos (orçamento anos anteriores)
Pagamento de professores	369.450,98	369.450,98	369.450,98	116.241,89
Inscrição em cursos e congressos	233.561,73	73.661,53	73.661,53	53.618,00
Outros (PF)	–	–	–	–
Outros (PJ)	2.825,10	2.825,10	2.825,10	–
TOTAL	605.837,81	445.937,61	445.937,61	169.859,89

Fonte: COADFI/ILB

Historicamente tem-se observado que o valor total reservado no orçamento é muito maior do que o efetivamente empregado pelo ILB. Embora tal situação configure a inexistência de impedimentos financeiros para ações de capacitação, tal situação deve ser melhor avaliada, uma vez que, tendo o orçamento sido definido a partir de um plano que a própria instituição apresenta, certos impedimentos de ordem técnica são passíveis de estar ocorrendo, de modo que o ILB não tem conseguido executar plenamente as atividades que são esperadas desta Escola de Governo.

Além de ações educacionais promovidas integralmente pelo ILB, há ainda aquelas desenvolvidas por meio de parcerias institucionais voltadas à promoção de cursos de interesse comum entre órgãos públicos. É o caso, por exemplo, do desenvolvimento de cursos de pós-graduação *lato sensu*. Nesse tipo de iniciativa, despesas de realização dos cursos são divididas entre os partícipes, conforme critérios previamente estabelecidos, e com número de vagas para cada órgão previamente acordado. A realização de cursos nesse formato de parceria tem permitido ao ILB qualificar seus servidores, ao mesmo tempo em que procura desenvolver cursos mais focados no alcance de sua missão.

4.2.2. Meios de comunicação com a sociedade

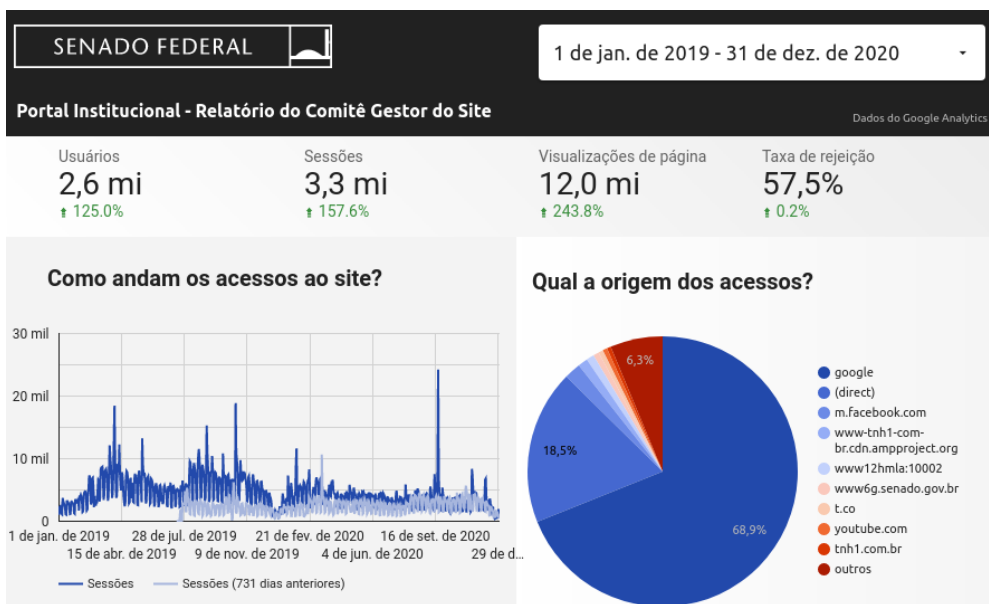
No tocante à comunicação com a comunidade interna e externa, o ILB e o Senado Federal dispõem de diversos meios para divulgação de suas ações, os quais são melhor detalhados a seguir.

Sites e portais na Internet

Por decisão da mantenedora, o ILB não possui um portal próprio na Internet, estando seu conteúdo disponível apenas dentro do *site* do Senado Federal.

Durante o período abrangido por este relatório, o Portal do Senado Federal contou com mais de 12 milhões de visualizações, provenientes de cerca de 2,6 milhões de usuários, conforme ilustrado no Gráfico 1.

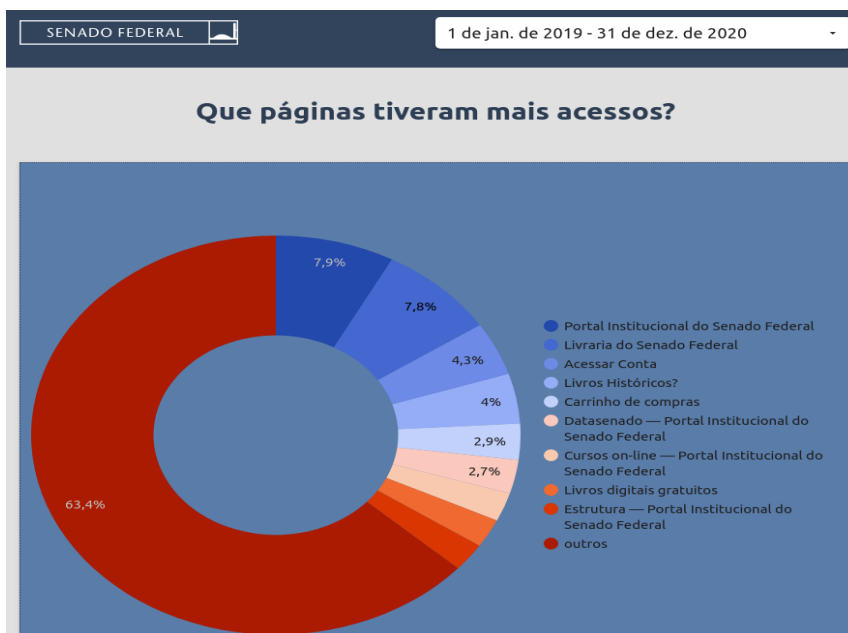
Gráfico 1 – Estatísticas de acesso ao Portal do Senado Federal



Fonte de dados: Comitê Gestor da Intranet/Google Analytics

Apesar de o Portal do Senado Federal não possuir, até 2020, uma área exclusiva para o ILB, mas apenas páginas específicas para tratar de assuntos educacionais voltados ao público em geral, a página de Cursos Online, mantida pelo ILB, figurou entre as mais acessadas do *site* (Gráfico 2).

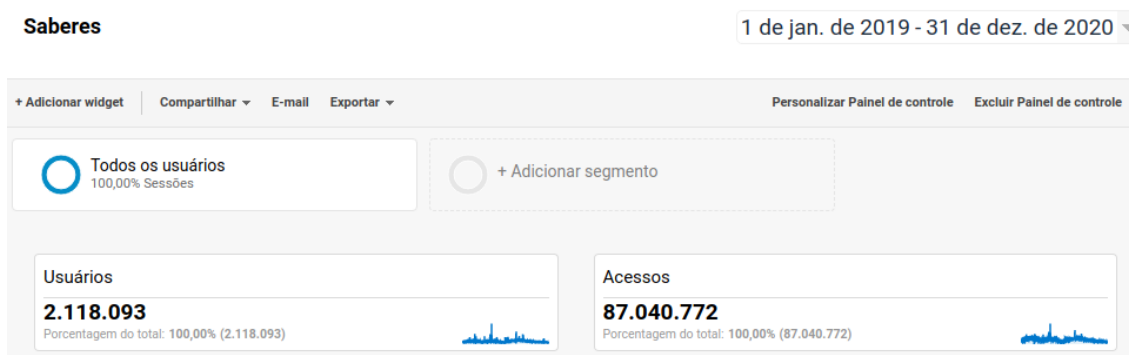
Gráfico 2 – Páginas mais acessadas no Portal do Senado Federal



Fonte de dados: Comitê Gestor da Intranet/Google Analytics

Já a plataforma Saberes, utilizada para oferta de cursos a distância e também como apoio às ações presenciais, registrou no período mais de 2 milhões de usuários e 87 milhões de acessos, como pode ser visto no Gráfico 3.

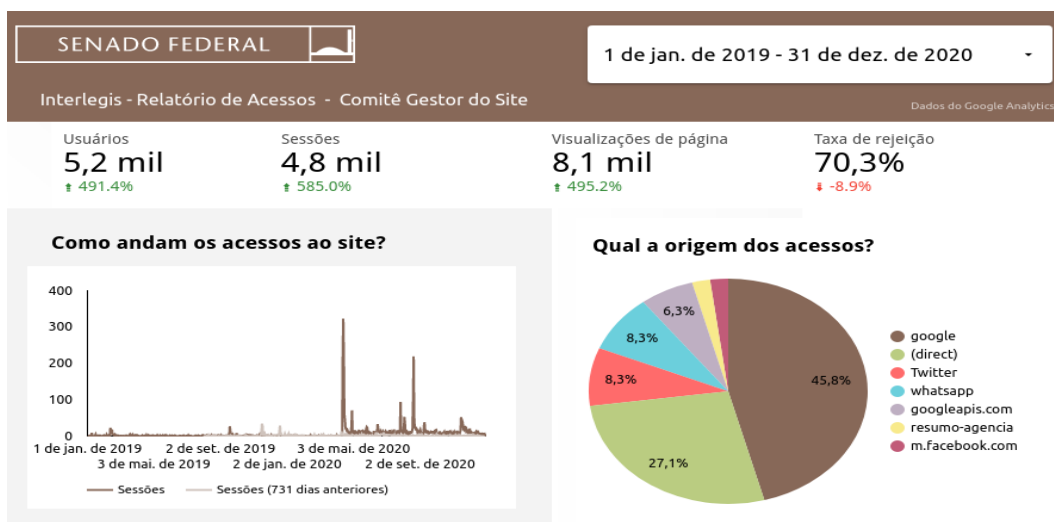
Gráfico 3 – Estatísticas de acesso ao Portal Saberes



Fonte de dados: Google Analytics

Há ainda o portal do Interlegis, voltado principalmente para a divulgação das oficinas e eventos destinados aos servidores e colaboradores do Poder Legislativo de estados e municípios. O volume de acessos relativamente baixo, apesar do público-alvo ser bem mais restrito, pode ser explicado pelo fato de esse portal ter sido pouco atualizado até o segundo trimestre de 2020, quando passou por grande reformulação (Gráfico 4).

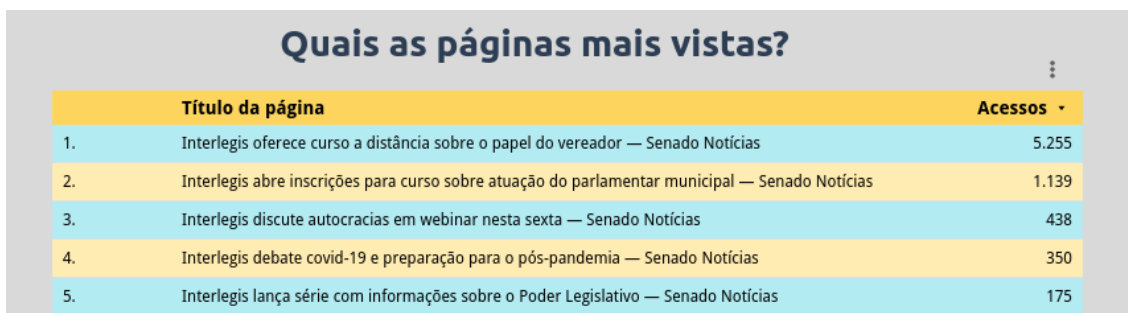
Gráfico 4 – Estatísticas de acesso ao Portal Interlegis



Fonte de dados: Comitê Gestor da Intranet/Google Analytics

Um exemplo de ações de capacitação promovidas pelo Programa Interlegis e divulgadas neste portal pode ser visto na figura a seguir (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Páginas mais acessadas do Portal Interlegis



	Título da página	Acessos
1.	Interlegis oferece curso a distância sobre o papel do vereador — Senado Notícias	5.255
2.	Interlegis abre inscrições para curso sobre atuação do parlamentar municipal — Senado Notícias	1.139
3.	Interlegis discute autocracias em webinar nesta sexta — Senado Notícias	438
4.	Interlegis debate covid-19 e preparação para o pós-pandemia — Senado Notícias	350
5.	Interlegis lança série com informações sobre o Poder Legislativo — Senado Notícias	175

Fonte de dados: Comitê Gestor da Intranet/Google Analytics

Redes sociais

O ILB também se faz presente nas redes sociais, por meio de canais no Youtube (<https://www.youtube.com/c/ILBCanal>), onde possui 10,6 mil inscritos, e no Facebook (<https://www.facebook.com/ilbsenado>), que possui mais de 58 mil seguidores.

No Instagram, as ações educacionais voltadas ao Programa Interlegis são divulgadas no canal Interlegis_ (https://www.instagram.com/interlegis_).

No Twitter também há canais do Interlegis (<https://twitter.com/interlegison>) e do ILB (https://twitter.com/Senado_ILB), porém com menor alcance.

4.3. Dimensão 3: Corpo Social

4.3.1. Aperfeiçoamento do corpo docente

As ações voltadas para aperfeiçoamento do corpo docente do ILB envolvem, por parte desta Escola de Governo e sua mantenedora, a liberação do servidor para frequentar cursos de interesse do Senado Federal durante licença-capacitação; a concessão de afastamentos para a participação em congressos, seminários ou outros eventos externos; e a promoção de ações de capacitação pelo próprio ILB.

Tendo em vista em especial os anos de 2019 e 2020 e seus contextos peculiares, o ILB não promoveu, de forma sistemática, ações de capacitação do corpo docente. E, em virtude das medidas tomadas pela administração do Senado Federal para suspender as autorizações de afastamento para ações de capacitação presenciais, as possibilidades de aperfeiçoamento por meio de capacitação externa também se viram prejudicadas.

Mesmo assim, a adaptação ao modelo de aulas remotas exigiu adequações metodológicas e técnicas para as aulas que antes eram essencialmente presenciais. Professores e servidores tiveram que se adaptar, e, nesse processo, puderam contar com o ILB para auxiliá-los no desenvolvimento de habilidades ainda desconhecidas, tanto no tocante aos aspectos tecnológicos quanto didático-pedagógicos (como, por exemplo, ministrar aulas por meio de um computador e ter que interagir com alunos sem sequer ter contato visual permanente).

Outro desafio foi criar, em ambiente remoto, o clima de sala de aula e de participação, para que os alunos e os professores se sentissem acolhidos. Novamente o grande desafio foi colocar equipe técnica e pedagógica de suporte a ambos, de modo que as dificuldades de acesso, operação e interação pudessem ser tratadas sem perda da qualidade das aulas.

Os resultados dessas ações serão melhor conhecidos no relatório de autoavaliação de 2021, porque o ano de 2020 foi basicamente dedicado à busca por soluções tecnológicas para as aulas remotas e em auxiliar a comunidade acadêmica a dominar tais recursos.

4.3.2. Seleção de docentes

Um ponto a se destacar é que, mesmo diante das dificuldades apresentadas, o ILB manteve, dentro do possível, a regularidade de seus cursos e, conseqüentemente, dos processos de seleção de docentes, obedecendo aos normativos vigentes.

Apesar de não contar com quadro próprio de professores (com exceção dos instrutores em cursos da COPERI, que atuam de forma voluntária), cabe ressaltar que a seleção de docentes do ILB segue critérios que buscam favorecer a seleção dos candidatos mais aptos para cada ação pretendida, inclusive aqueles eventualmente já aposentados. Isso ocorre por meio de pontuações diferenciadas conforme a titulação e a experiência acadêmica e profissional de cada participante do processo seletivo.

4.3.3. Atendimento a alunos

Ainda que temporariamente suspenso o atendimento presencial aos alunos, em virtude das medidas estabelecidas pelo Senado Federal, a secretaria acadêmica continuou o atendimento a distância, fornecendo certidões e declarações, recebendo documentos e, inclusive, promovendo entrega de certificados pelos Correios.

4.4. Dimensão 4: Desenvolvimento Profissional

4.4.1. Seleção de discentes para cursos *lato sensu*

Tendo sido mantidos os cursos de pós-graduação *lato sensu* mesmo diante da pandemia, manteve-se também a necessidade de realização de processos seletivos para os cursos de pós-graduação *lato sensu*. Tais seleções são feitas mediante editais, com regras específicas para cada ação educacional.

Um efeito colateral positivo do fato de as aulas terem passado a ser ministradas remotamente foi a possibilidade de abertura de vagas para alunos especiais de outras unidades federativas. Apesar desta possibilidade não ter sido implementada no período de referência deste relatório, foi nessa época que começou a ser concebida.

4.4.2. Avaliação dos cursos e participantes

A atuação do ILB, por meio de suas diferentes coordenações educacionais, envolve a realização de cursos em diferentes níveis e voltados a um público também bastante diversificado.

No entanto, ainda que com enfoques diferentes, todas essas ações educacionais passam por processo avaliativo, a fim de que se possa verificar sua efetividade e coletar insumos que orientem seu aprimoramento no alcance dos objetivos esperados.

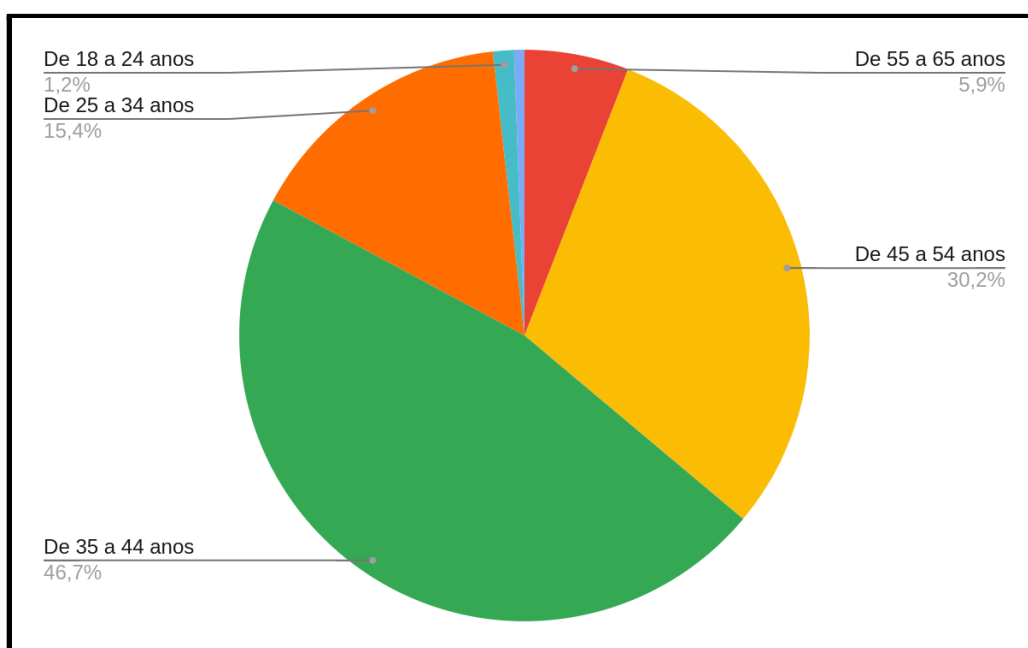
Ainda que as medidas de isolamento social adotadas em virtude da pandemia tenham limitado a aplicação de questionários de avaliação a apenas algumas ações, os resultados das análises realizadas para as ações promovidas pelas coordenações de ensino do ILB podem ser vistas nas seções seguintes.

Avaliação dos cursos de extensão e pós-graduação *lato sensu* oferecidos pela COESUP

Os cursos de pós-graduação e extensão ofertados pelo ILB nos anos de 2019 e 2020 tiveram como característica mais marcante a adaptação do modelo presencial para o remoto, o que foi um grande desafio a todo o corpo técnico, administrativo e pedagógico.

No tocante às características dos alunos, mantém-se a tendência de ocupação das vagas por alunos jovens, com predomínio daqueles que se enquadram nas faixas etárias entre 35 e 54 anos, com percentual de 76,9% do total (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Alunos matriculados nos cursos de pós-graduação em 2019 e 2020 por faixa etária

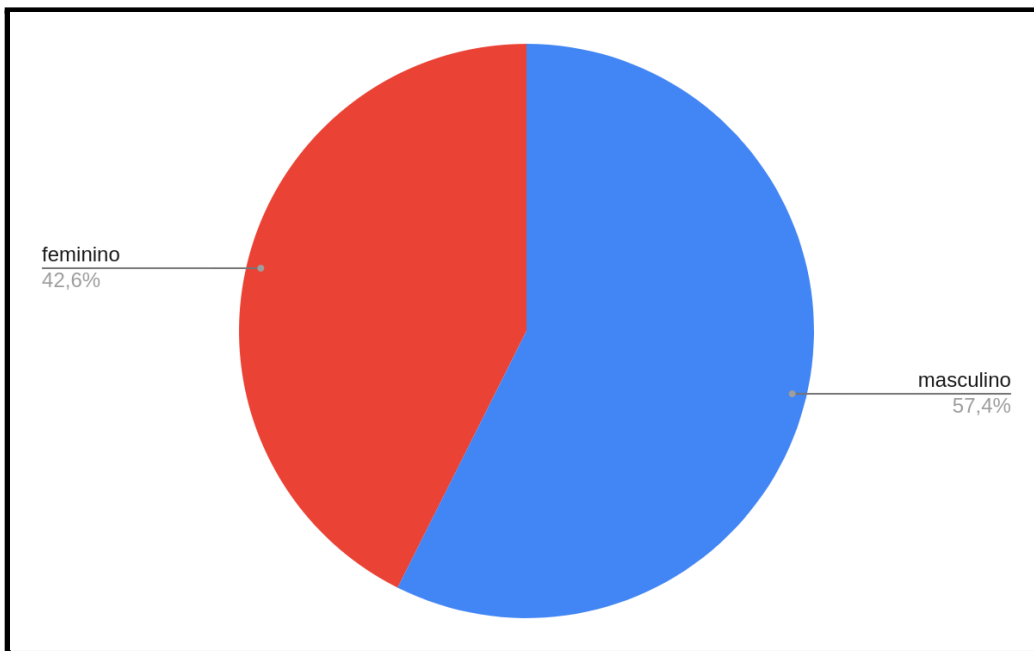


Fonte de dados: CPA/ILB

No tocante ao gênero (Gráfico 7) também permanece a predominância de homens, matriculados em percentual significativamente maior do que de mulheres. Em anos recentes, o Senado Federal vem incrementando esforços para promover ações voltadas para a equidade de gênero e raça entre seus servidores, mas este ainda é um

desafio a ser vencido também no âmbito da educação corporativa, em específico, nos cursos de pós-graduação promovidos pelo ILB.

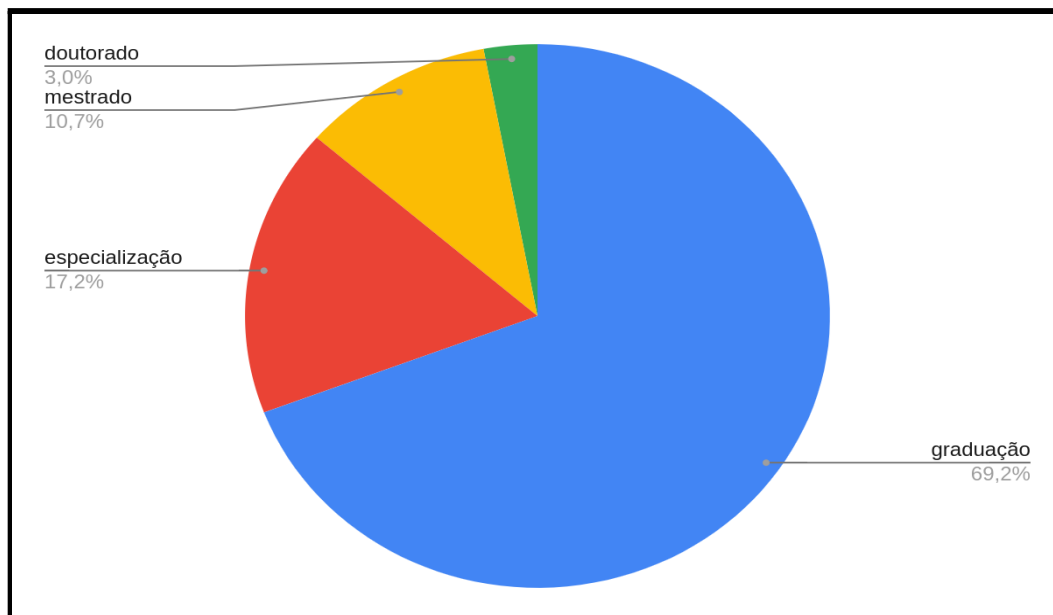
Gráfico 7 – Alunos matriculados nos cursos de pós-graduação em 2019 e 2020 por gênero



Fonte de dados: CPA/ILB

Como destacado em anos anteriores, os servidores do Senado Federal, aqui considerados os efetivos e comissionados, possuem elevado grau de instrução, o que contrasta com a maior parte da população brasileira. Para os anos de 2019 e 2020, 69,2% (Gráfico 8) dos alunos declararam possuir a graduação completa, o que indica a importância de manter ações educacionais como pós-graduação *lato sensu* e cursos de extensão de nível superior. Desse modo, o ILB trabalha para o aperfeiçoamento e para o refinamento das competências de seus servidores para atuação no Legislativo.

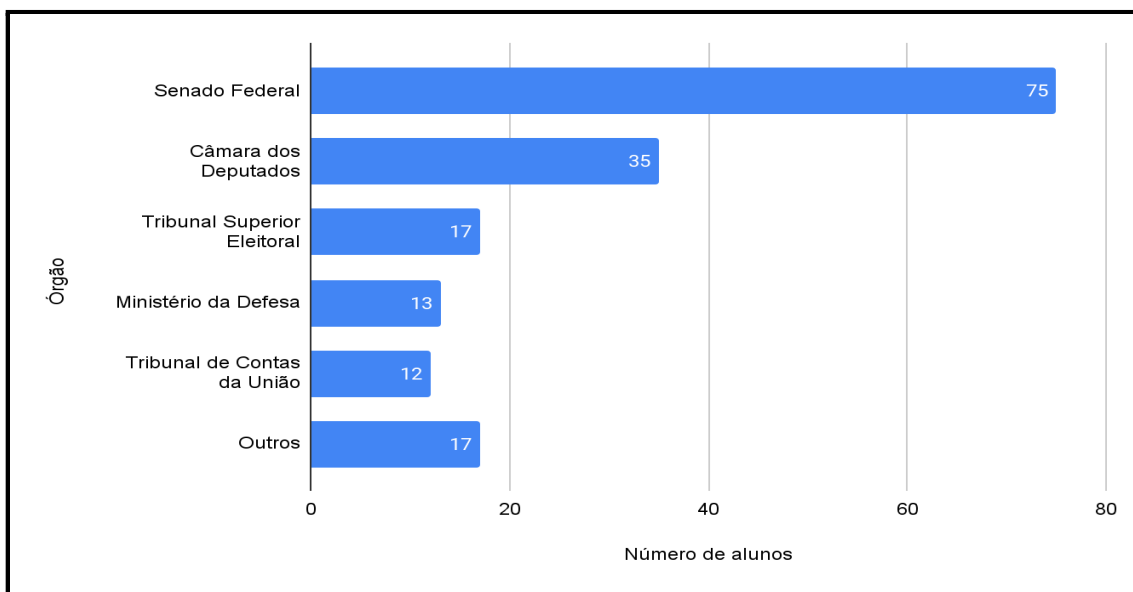
Gráfico 8 – Alunos matriculados nos cursos de pós-graduação em 2019 e 2020 por escolaridade



Fonte de dados: CPA/ILB

As parcerias institucionais do ILB (Gráfico 9) com outros órgãos têm contribuído para a necessária troca de experiências entre os servidores de diversos órgãos públicos. Alunos de outros órgãos repetidamente declaram que mudaram sua visão a respeito do Legislativo ao frequentar cursos promovidos pelo ILB.

Gráfico 9 – Alunos matriculados nos cursos de pós-graduação em 2019 e 2020 por órgão público em que trabalham

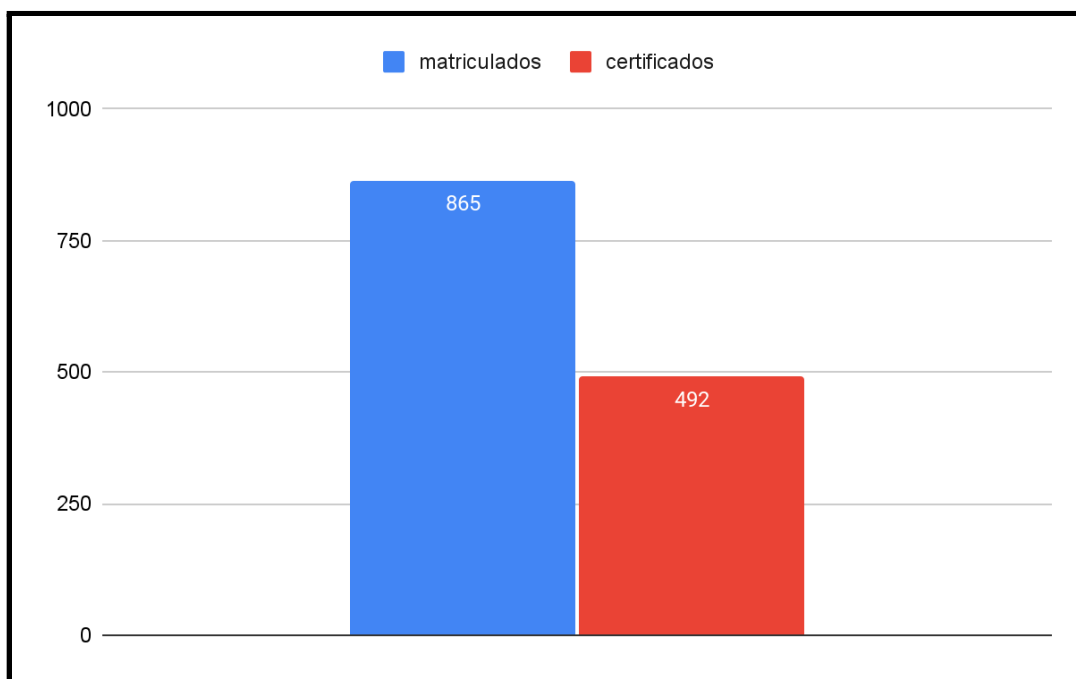


Fonte de dados: CPA/ILB

Avaliação dos cursos presenciais oferecidos pela COTREN

No Gráfico 10 destaca-se as matrículas em cursos livres presenciais e remotos oferecidos aos servidores do Senado Federal. Em especial, em 2020, a COTREN pode contar com recursos e planejamento feito em metodologia inovadora e que resultou na aprovação do PCASF. Com isso, mesmo diante do cenário de pandemia, não houve quebra da regularidade no atendimento das demandas de capacitação interna.

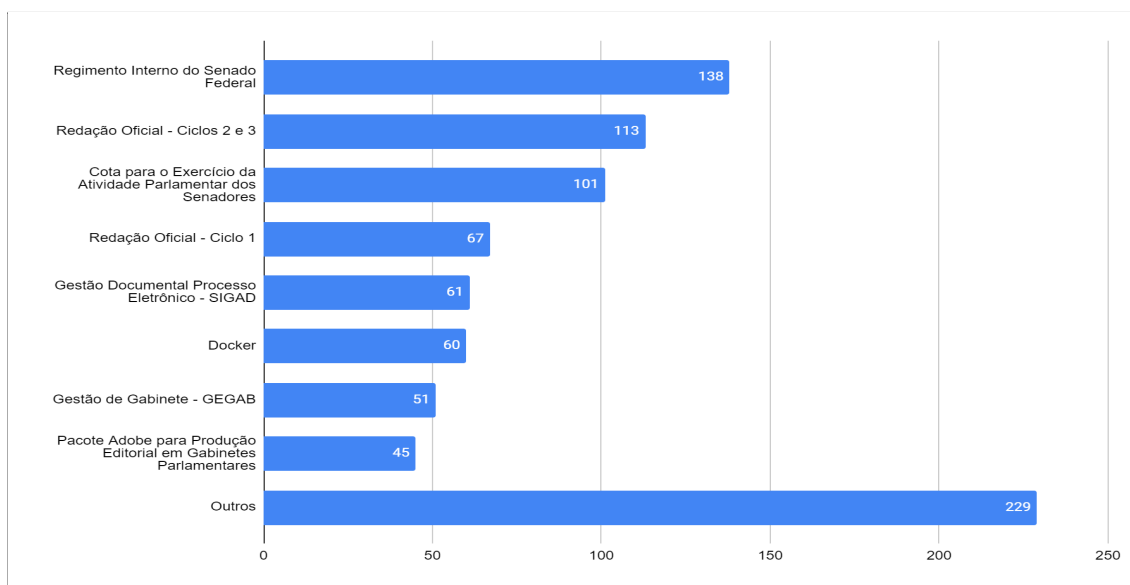
Gráfico 10 – Alunos matriculados nos cursos presenciais e remotos da COTREN em 2019 e 2020



Fonte de dados: CPA/ILB

No Gráfico 11 é possível ver alguns dos temas mais requisitados para as capacitações internas realizadas pela COTREN nos anos de 2019 e 2020. Destaca-se que 2019 foi ano de instalação da 56ª Legislatura, o que trouxe um número considerável de novos senadores e também de servidores que ainda não haviam trabalhado na Casa. Por esse motivo o curso sobre Regimento Interno do Senado Federal foi o mais solicitado, seguido do curso de Redação Oficial.

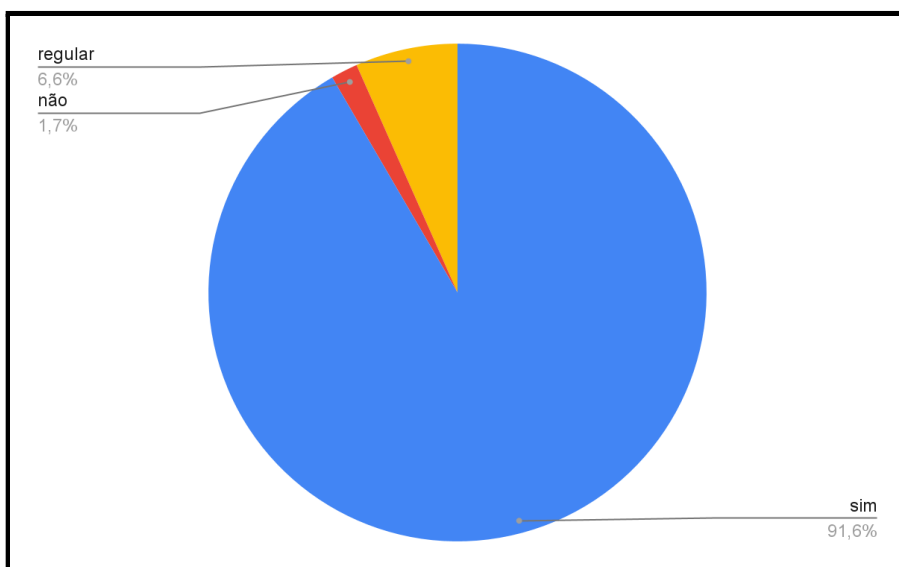
Gráfico 11 – Cursos presenciais e remotos da COTREN em 2019 e 2020 por número de matriculados



Fonte de dados: CPA/ILB

Historicamente os alunos manifestam satisfação superior a 80% em relação ao atendimento de expectativas e objetivos, quando avaliam os cursos de capacitação interna ofertados pela COTREN. Porém, deve-se destacar que a aprovação do PCASF aperfeiçoou o alinhamento entre a oferta de cursos e as necessidades de capacitação interna, dessa forma possibilitando chegar a avaliação positiva das ações mesmo em um período tão conturbado quanto foi o de 2020, em razão da pandemia (Gráfico 12).

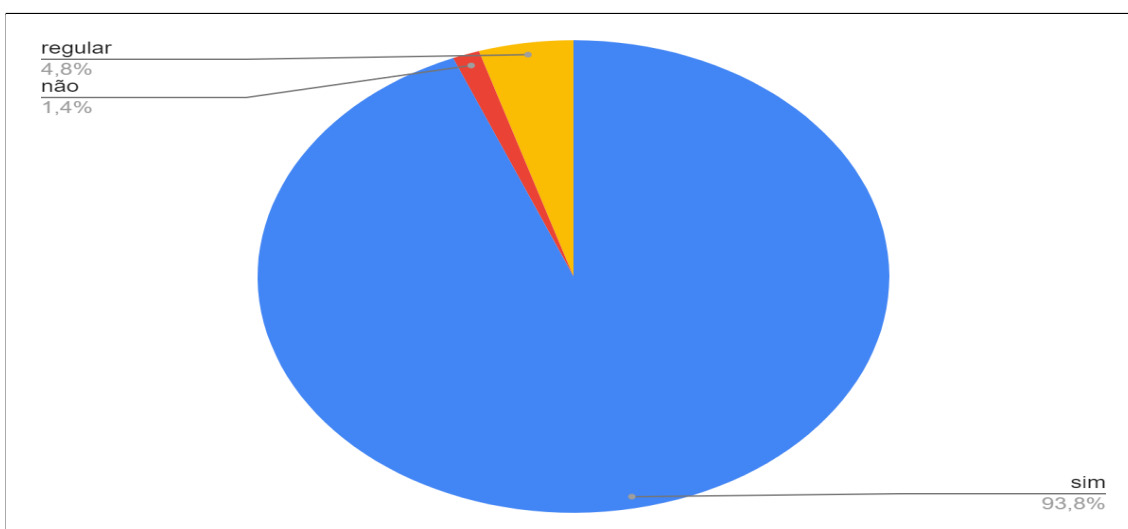
Gráfico 12 – Avaliação dos alunos matriculados nos cursos presenciais e remotos da COTREN em 2019 e 2020 quanto ao atendimento de expectativas iniciais



Fonte de dados: CPA/ILB

Conforme o ILB aperfeiçoa seus instrumentos de planejamento, como é o caso do PCASF, somado ao alinhamento com as necessidades de capacitação, surgem resultados como os vistos por meio do gráfico 13, em que se inquiriu os alunos das capacitações internas a respeito da formação recebida e sua aplicabilidade no trabalho.

Gráfico 13 – Avaliação dos alunos matriculados nos cursos presenciais e remotos da COTREN em 2019 e 2020 quanto à relevância para a atuação no trabalho



Fonte de dados: CPA/ILB

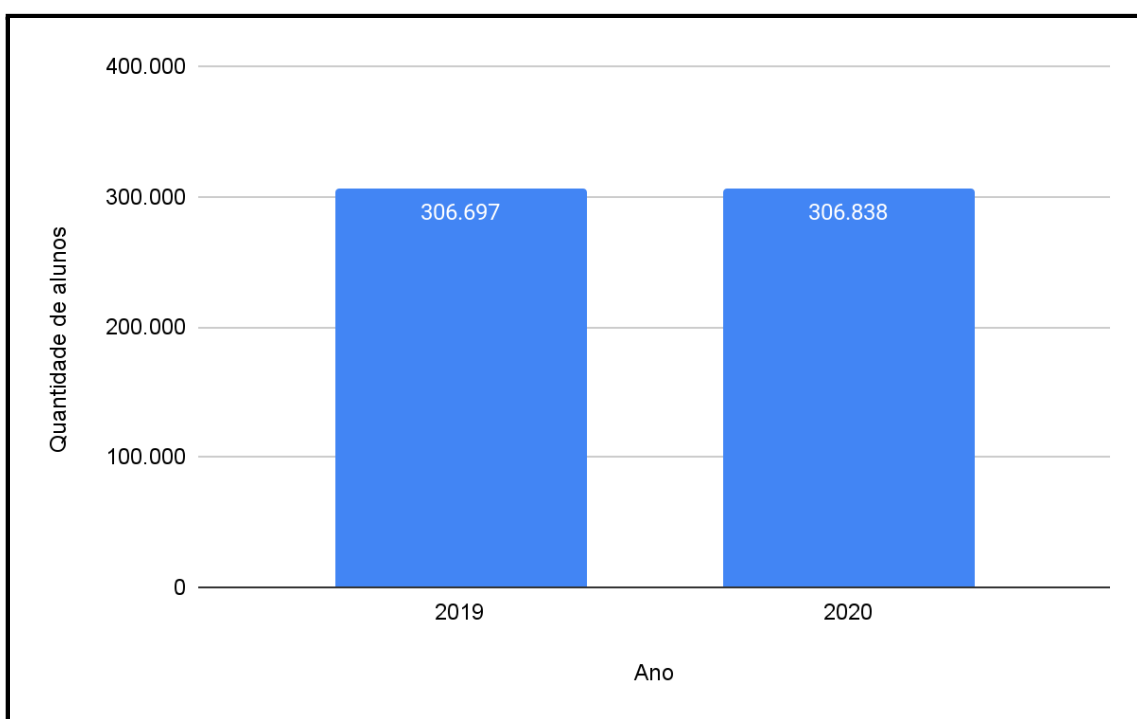
Avaliação dos cursos a distância oferecidos pela COTREN

Em virtude de seus cursos livres oferecidos pela plataforma Saberes, a COTREN é responsável pelo maior contingente de alunos que o ILB possui, recebendo anualmente mais de 300 mil matrículas (Gráfico 14).

Sem dúvida que os cursos a distância do ILB são uma vitrine da forte atuação social do Senado Federal, contribuindo de maneira significativa, por meio dos cursos MOOC (*massive open online course*), para a disseminação de conhecimentos relevantes para a sociedade brasileira.

O número expressivo de alunos dos anos de 2019 e 2020 pode ser visto no Gráfico 14.

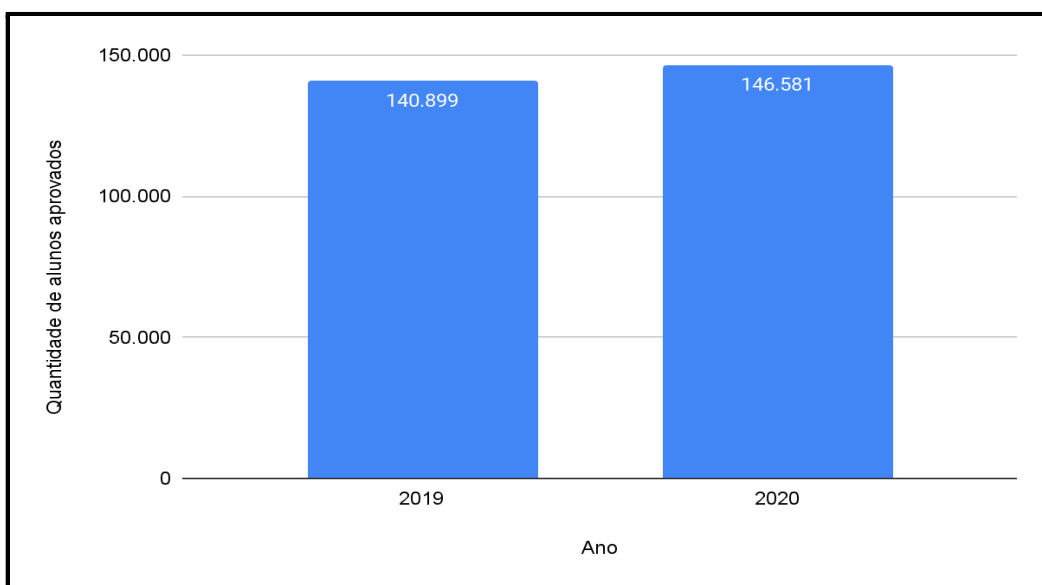
Gráfico 14 – Alunos matriculados nos cursos a distância oferecidos pela COTREN nas modalidades com e sem tutoria nos anos de 2019 e 2020



Fonte de dados: CPA/ILB

Constata-se, no entanto, um grande percentual de evasões em tais ações educacionais, superior a 50%, ainda que no ano de 2020 tenha havido ligeira melhora nesse índice (Gráfico 15).

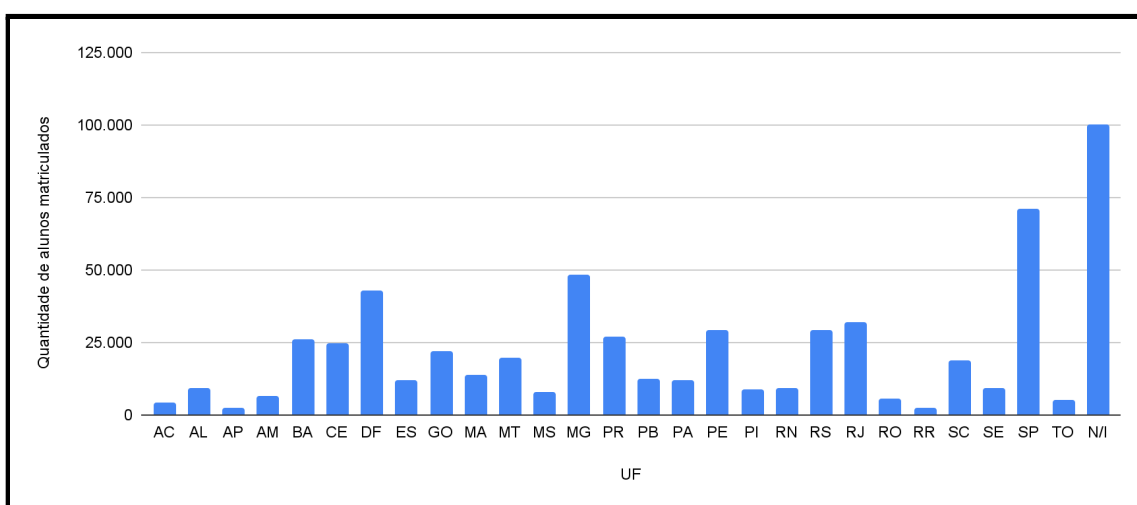
Gráfico 15 – Alunos aprovados nos cursos a distância oferecidos pela COTREN nas modalidades com e sem tutoria nos anos de 2019 e 2020



Fonte de dados: CPA/ILB

Uma das características mais marcantes dos cursos a distância oferecidos pela COTREN é sua abrangência, uma vez que atinge alunos de todas as unidades da federação (Gráfico 16).

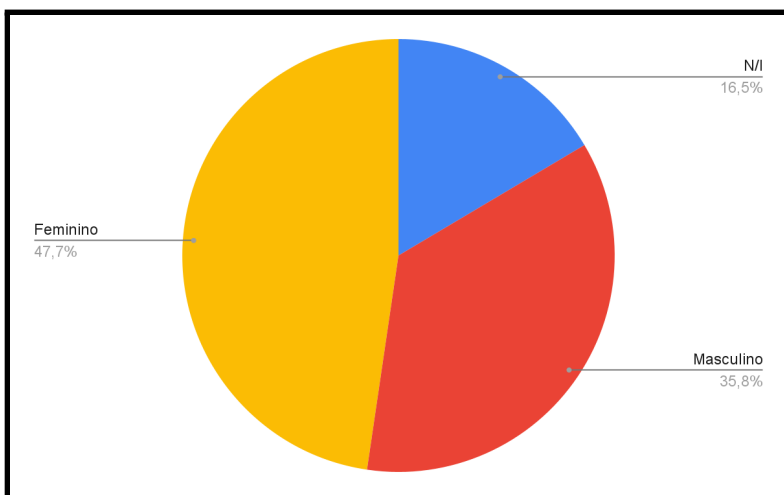
Gráfico 16 – Alunos matriculados por unidade da federação nos cursos a distância oferecidos pela COTREN nas modalidades com ou sem tutoria nos anos de 2019 e 2020



Fonte de dados: CPA/ILB

Quanto ao gênero dos alunos dos cursos livres a distância, observa-se que, ao contrário dos cursos de pós-graduação, há predominância da participação feminina (Gráfico 17).

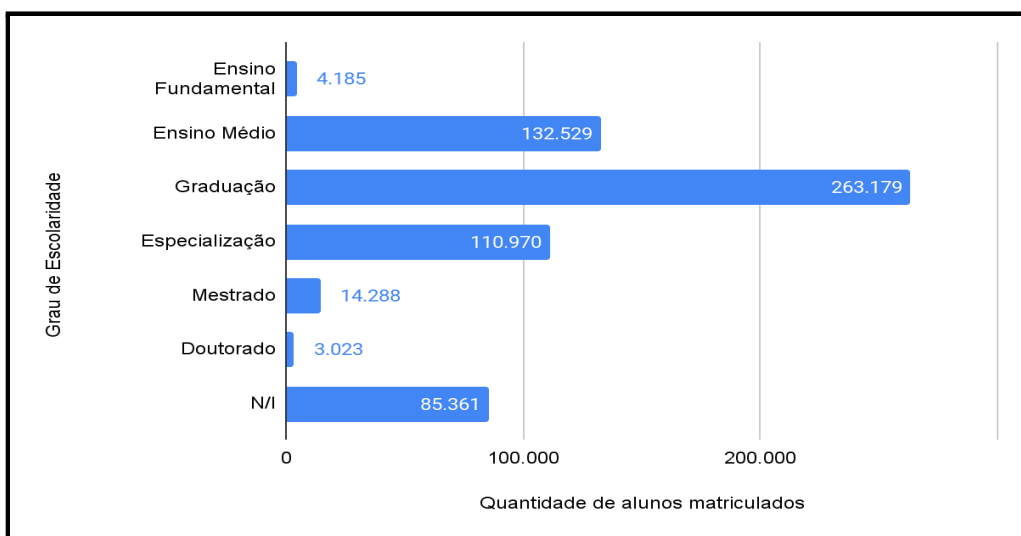
Gráfico 17 – Alunos matriculados por gênero nos cursos a distância oferecidos pela COTREN nas modalidades com e sem tutoria nos anos de 2019 e 2020



Fonte de dados: CPA/ILB

Já com relação ao grau de escolaridade, constata-se que a maioria possui ensino superior, embora haja também número expressivo de alunos do ensino médio (Gráfico 18).

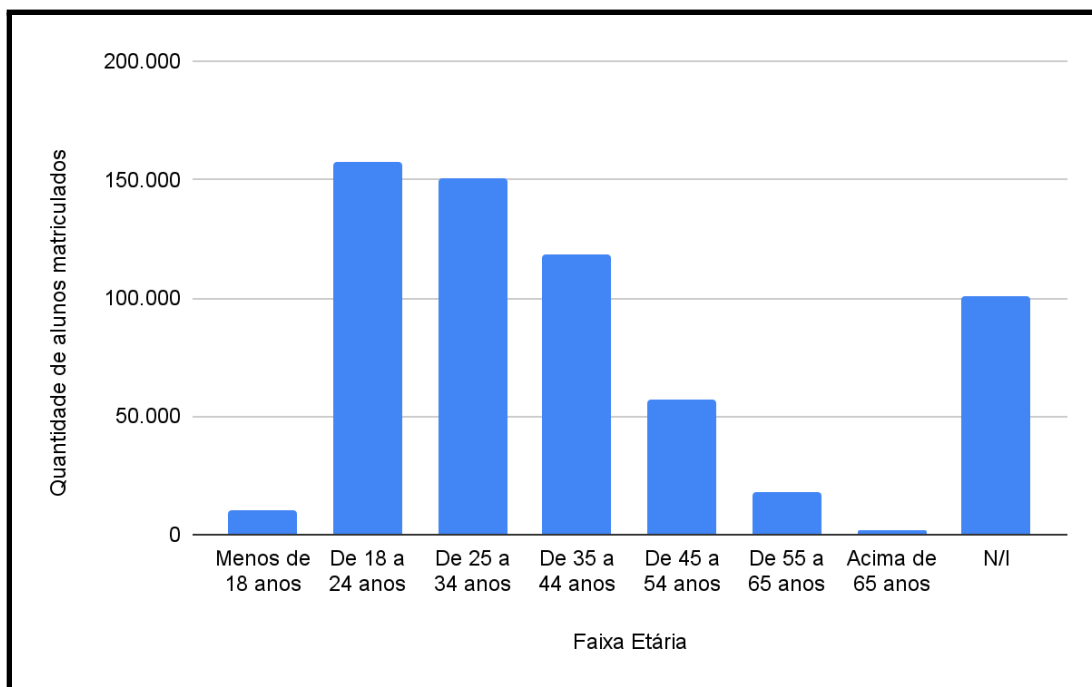
Gráfico 18 – Alunos matriculados por grau de escolaridade nos cursos a distância oferecidos pela COTREN nas modalidades com e sem tutoria nos anos de 2019 e 2020



Fonte de dados: CPA/ILB

Vale a pena chamar a atenção para a faixa etária dos alunos que se encontra descrita no Gráfico 19, evidenciando a juventude das pessoas que procuram os cursos EaD sem tutoria ofertados pelo ILB.

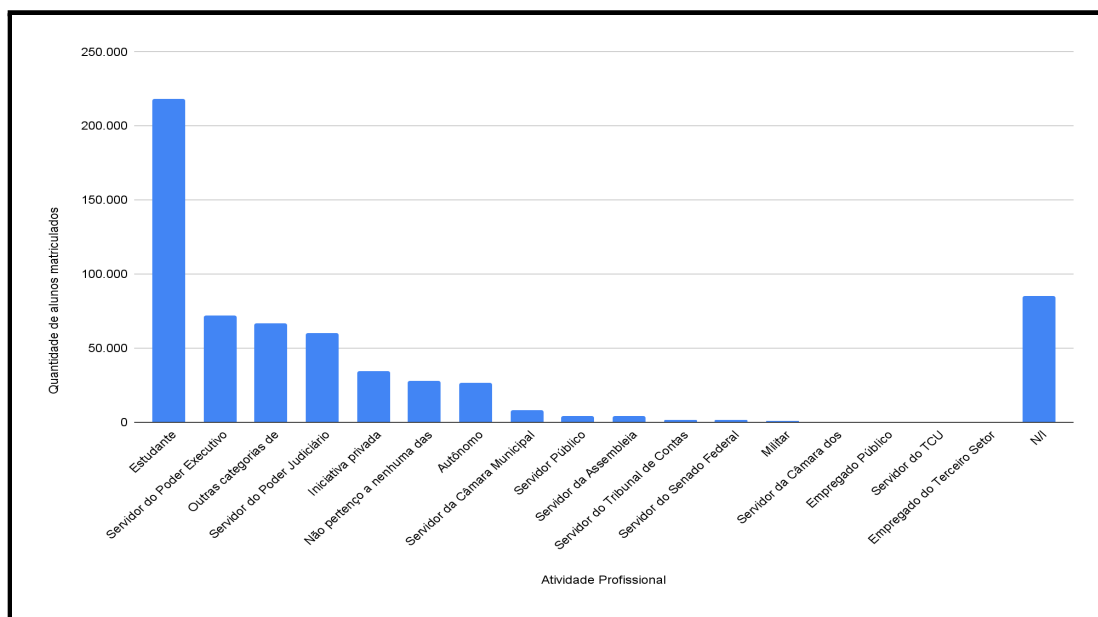
Gráfico 19 – Alunos matriculados por faixa etária nos cursos a distância oferecidos pela COTREN nas modalidades sem tutoria nos anos de 2019 e 2020



Fonte de dados: CPA/ILB

Sobre a principal atividade profissional desempenhada pelos alunos, percebe-se que, em sua grande maioria, tratam-se de estudantes, com destaque também para servidores, não apenas do Legislativo, mas também de outros poderes (Gráfico 20).

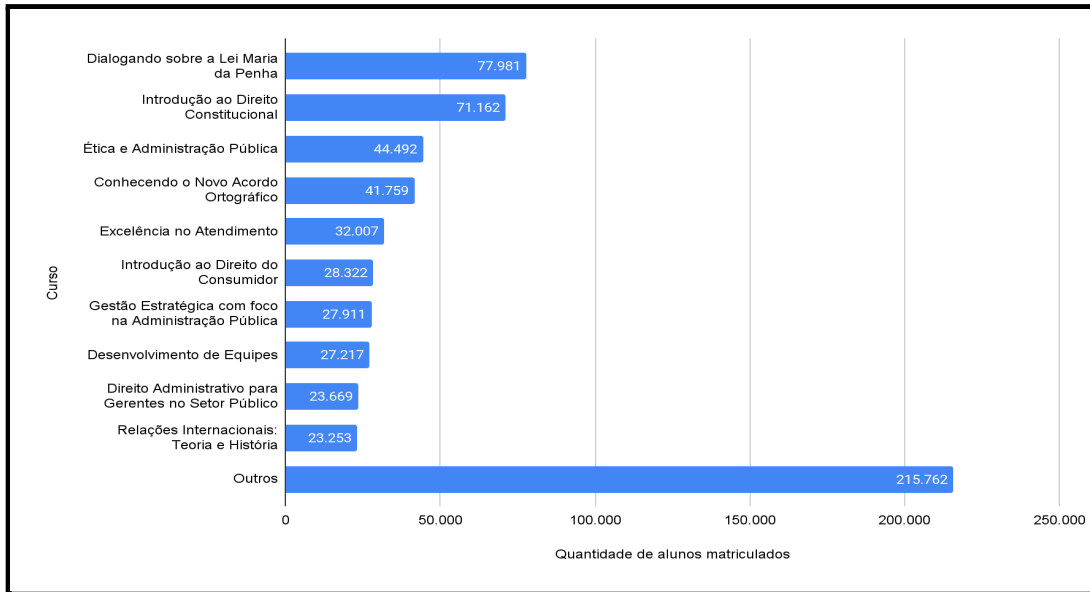
Gráfico 20 – Alunos matriculados por atividade profissional nos cursos a distância oferecidos pela COTREN nas modalidades com e sem tutoria nos anos de 2019 e 2020



Fonte de dados: CPA/ILB

As ações educacionais mais procuradas podem ser vistas no Gráfico 21. Ressalta-se o fato de o curso mais procurado, “Dialogando sobre a lei Maria da Penha”, tratar de tema de interesse de toda a sociedade, que é a violência contra a mulher (Gráfico 21). Isso pode estar relacionado ao fato de que a maior parte dos alunos são do sexo feminino, como visto no Gráfico 17.

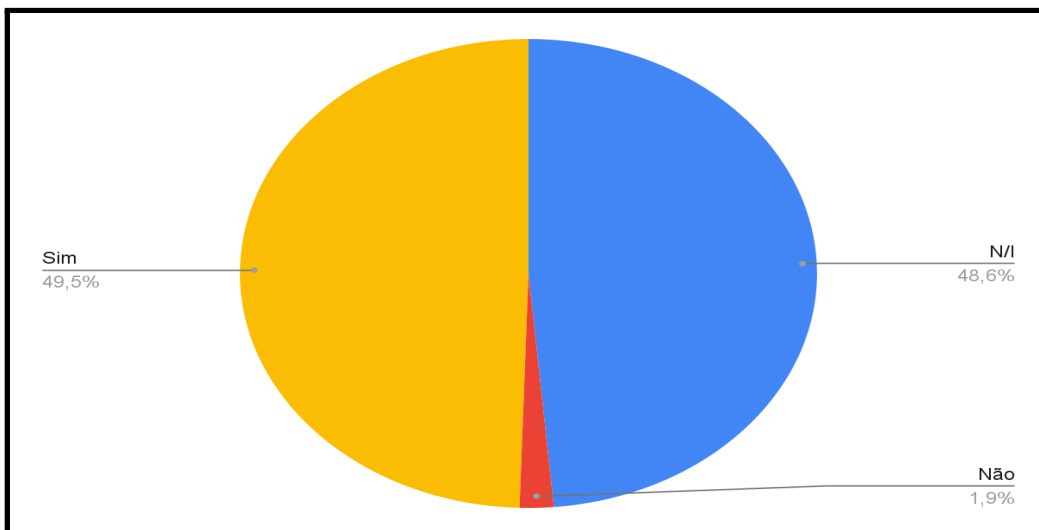
Gráfico 21 – Cursos a distância mais procurados oferecidos pela COTREN nas modalidades com e sem tutoria nos anos de 2019 e 2020



Fonte de dados: CPA/ILB

Por fim, como análise da qualidade do curso, temos que a grande maioria dos respondentes afirmaram que o curso atendeu a suas expectativas (Gráfico 22).

Gráfico 22 – Avaliação dos alunos quanto ao atendimento das expectativas iniciais dos cursos a distância oferecidos pela COTREN nas modalidades com e sem tutoria nos anos de 2019 e 2020



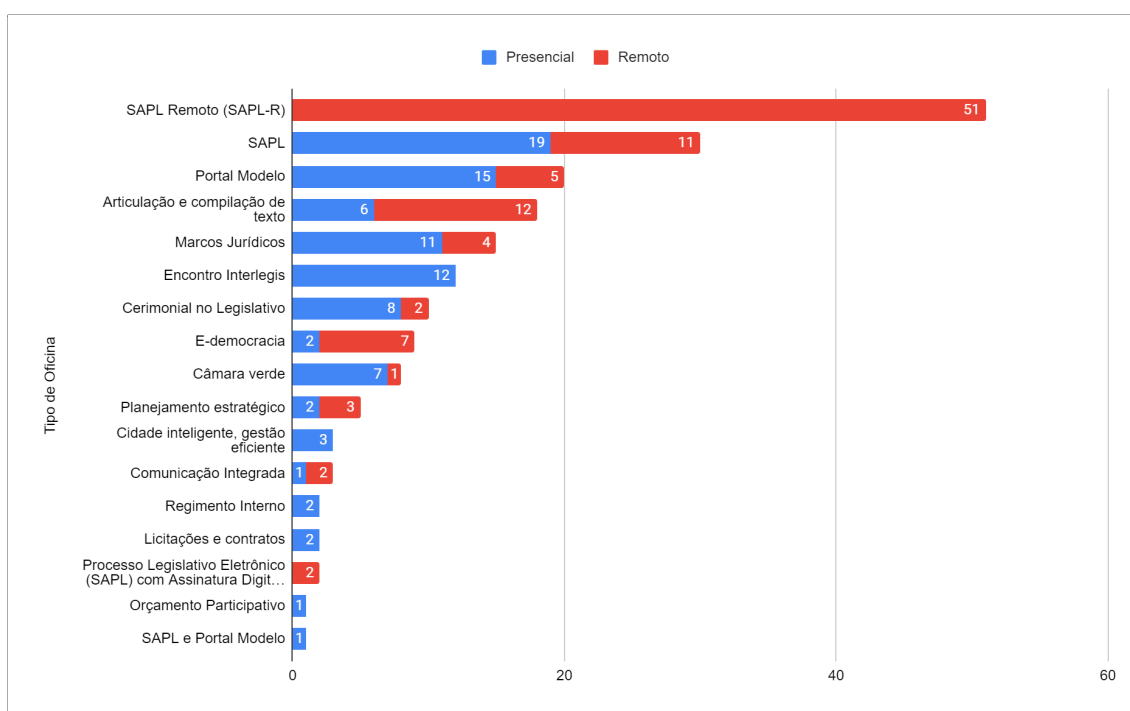
Fonte de dados: CPA/ILB

Avaliação dos cursos oferecidos pela COPERI

As ações educacionais promovidas pela COPERI, embora no período ainda empregassem instrumentos mais limitados para sua avaliação, permitem-nos ter uma ideia de como tais ações têm contribuído para que o ILB alcance sua missão de fortalecer o Poder Legislativo no Brasil.

O Gráfico 23 exibe a quantidade de oficinas realizadas entre 2019 e 2020, indicando separadamente aquelas oferecidas na modalidade presencial (estas notadamente prejudicadas pela pandemia) daquelas ofertadas de maneira remota.

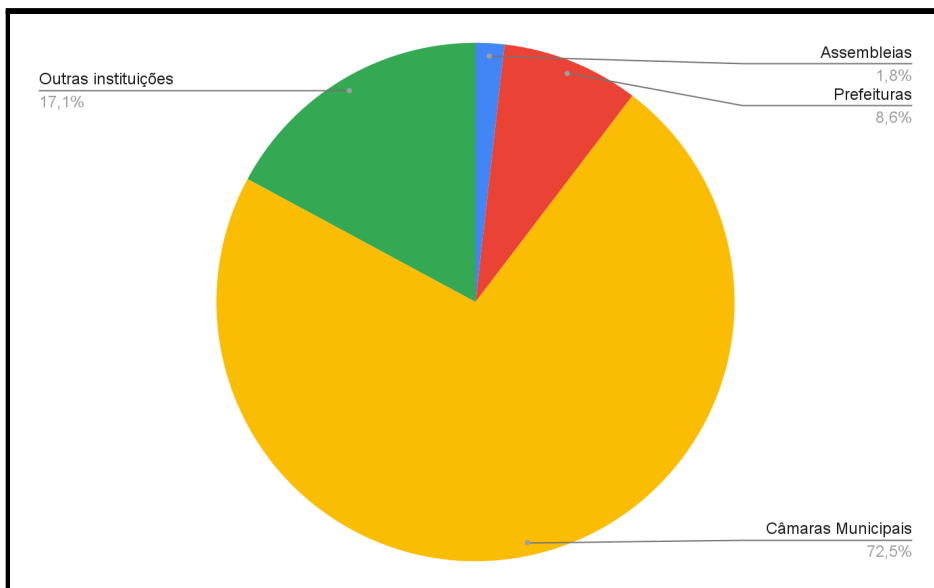
Gráfico 23 – Ações educacionais oferecidas pela COPERI nas modalidades presencial e remota nos anos de 2019 e 2020



Fonte de dados: CPA/ILB

O Gráfico 24, por sua vez, permite-nos constatar que a grande maioria dos participantes são de fato servidores do Poder Legislativo, mas também há representantes do Executivo e de outras instituições.

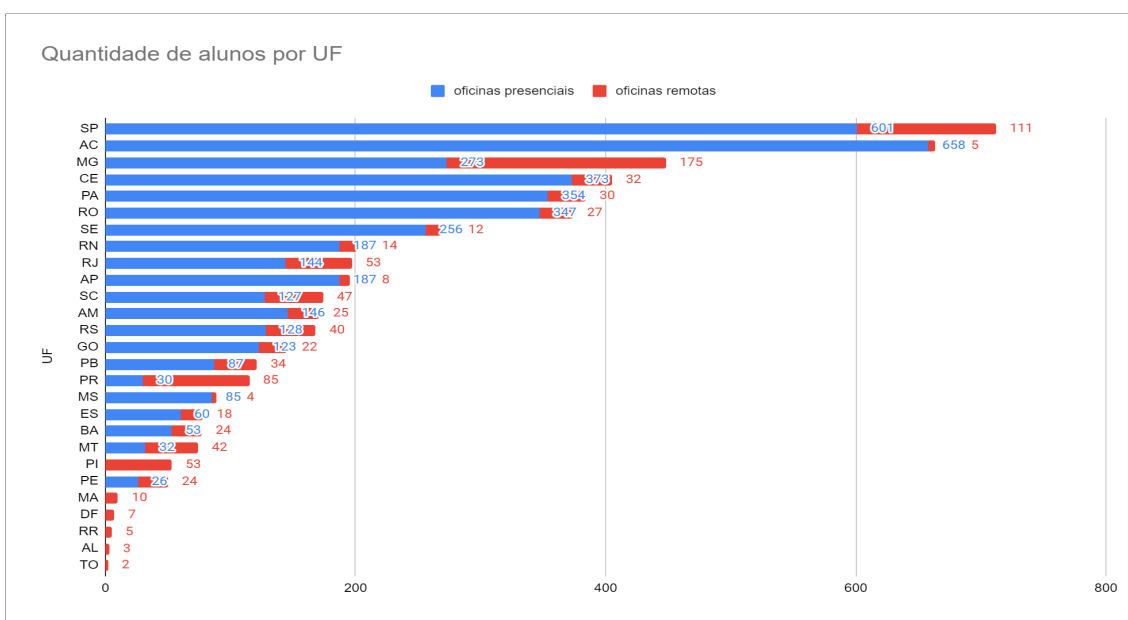
Gráfico 24 – Distribuição dos participantes das ações educacionais oferecidas pela COPERI nas modalidades presencial e remota nos anos de 2019 e 2020 por tipo de instituição



Fonte de dados: CPA/ILB

O Gráfico 25 ilustra como os cursos promovidos pela COPERI têm sido realizados em praticamente todas as unidades da federação.

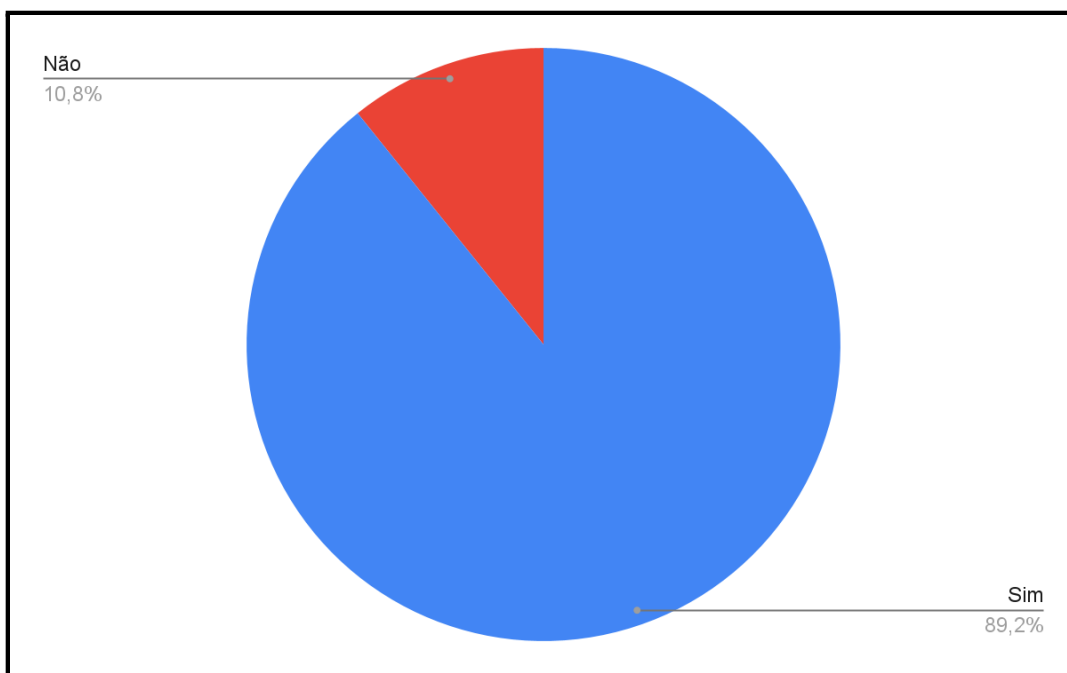
Gráfico 25 – Quantidade de alunos por UF nas ações educacionais oferecidas pela COPERI nas modalidades presencial e remota nos anos de 2019 e 2020



Fonte de dados: CPA/ILB

No Gráfico 26 temos a avaliação da qualidade de tais ações, consideradas satisfatórias por quase 90% dos participantes.

Gráfico 26 – Avaliação dos alunos quanto ao atendimento das expectativas iniciais em relação às ações educacionais oferecidas pela COPERI nas modalidades presencial ou remota nos anos de 2019 e 2020



Fonte de dados: CPA/ILB

4.5. Dimensão 5: Infraestrutura

Para a realização de suas atividades acadêmicas, o ILB encerrou o ano de 2020 dispondo de 4 salas de aula (equipadas com projetor, TV e quadro), 1 sala de informática e 2 auditórios. Além disso, há instalações no Senado Federal sob responsabilidade de outras unidades que, mediante solicitação e agendamento prévio, podem eventualmente vir a ser utilizadas para as ações educacionais. A Tabela 3 exhibe o resultado das avaliações das instalações físicas do ILB nos anos de 2019 e 2020.

Tabela 3 – Avaliação dos alunos quanto à qualidade das instalações físicas do ILB em 2019 e 2020

Item avaliado	1	2	3	4	5
Prédio	0,00%	0,35%	3,17%	23,59%	72,89%
Acessibilidade	0,00%	0,35%	1,76%	20,77%	77,11%
Climatização	0,00%	4,90%	7,34%	23,08%	64,69%
Mobiliário	0,00%	2,08%	9,72%	26,04%	62,15%
Equipamentos e recursos	0,00%	1,04%	3,82%	26,04%	69,10%
Copa	0,00%	2,84%	6,74%	22,70%	67,73%
Limpeza	0,00%	0,70%	3,87%	18,31%	77,11%

Fonte de dados: CPA/ILB

Para atendimento aos alunos e professores, o ILB dispõe de uma secretaria acadêmica, aberta de segunda a sexta, das 8h às 17h, podendo estender seu horário de funcionamento nos momentos em que houver aulas presenciais fora desse período. Além disso, técnicos das coordenações educacionais podem ser acionados para auxiliar em questões relacionadas às ações sob sua responsabilidade. A Tabela 4 exibe o resultado da avaliação dos alunos quanto à qualidade de tais atendimentos.

Tabela 4 – Avaliação dos alunos quanto à qualidade dos atendimentos de suporte ao uso de tecnologias oferecidos em 2019 e 2020

Item avaliado	1	2	3	4	5
Apoio ao uso do Saberes	0,00%	1,42%	4,98%	21,71%	71,89%
Qualidade do atendimento	0,00%	0,36%	4,63%	18,51%	76,51%
Suporte ao funcionamento do curso	0,00%	0,36%	4,27%	20,28%	75,09%
Suporte técnico e de informática	0,00%	1,41%	4,24%	20,85%	73,50%

Fonte de dados: CPA/ILB

O ILB dispõe de instalações sanitárias próprias, as quais passam por manutenção constante por parte da Secretaria de Patrimônio do Senado Federal, de modo a mantê-las operacionais durante todo o ano. A Tabela 5 mostra como a grande maioria dos alunos do ILB consideram adequadas tais instalações.

Tabela 5 – Avaliação dos alunos quanto à qualidade das instalações sanitárias do ILB em 2019 e 2020

Item avaliado	1	2	3	4	5
Sanitários	0,00%	1,05%	2,11%	22,81%	74,04%

Fonte de dados: CPA/ILB

Apesar de não possuir biblioteca exclusiva, alunos de pós-graduação do ILB contam com os serviços da Biblioteca do Senado Federal. Durante boa parte do ano de 2020, em decorrência das medidas de contenção à COVID-19, a Biblioteca manteve-se sem atendimento externo presencial e sem acesso direto ao acervo, porém alguns serviços foram mantidos a distância (como levantamento bibliográfico), além de ter permanecido disponível o acesso às bases de dados nacionais e internacionais.

O Gráfico 27 permite-nos constatar como as páginas da Biblioteca do Senado Federal e da Biblioteca Digital estão entre as mais acessadas do portal do Senado Federal no período a que se refere este relatório, sugerindo que, sob este aspecto, os impactos da pandemia podem ter sido minimizados.

Gráfico 27 – Estatísticas de acesso aos subportais do Senado Federal

SENADO FEDERAL		1 de jan. de 2019 - 31 de dez. de 2020		
Portal Institucional - Relatório de acessos - Serviço de Portais/ Comitê Gestor do Site		Dados Google Analytics		
Portal Institucional - acessos a cada subportal				
	Sites Institucionais	Sessões	Usuários	Acessos
1.	Biblioteca Digital	1.575.883	3.326.417	4.732.588
2.	Livraria	905.452	3.404.796	6.235.598
3.	Acessos falhos	843.710	1.285.718	2.217.740
4.	Observatório da Mulher contra a Violência	381.486	408.492	572.525
5.	Biblioteca	162.151	225.222	392.785

Fonte de dados: Comitê Gestor da Intranet/Google Analytics

Com relação a espaços de convivência e alimentação, o Senado Federal oferece uma praça de alimentação, denominada de “Espaço do Servidor”, localizada ao lado do prédio do ILB, que dispõe de dois restaurantes e uma lanchonete. Em circunstâncias especiais, a Diretoria-Geral do Senado também permite a entrada de *food trucks*. Há outros estabelecimentos instalados dentro do Senado Federal e que, embora mais

distantes do local onde ocorrem as aulas presenciais, também podem ser utilizados pelos alunos para fins de alimentação.

Com as medidas de contenção da COVID-19, tais espaços encontram-se com funcionamento limitado. Em contrapartida, foram instaladas máquinas de venda de bebidas e alimentos nas dependências do Senado, as quais têm ajudado a minimizar os impactos de tais limitações.

5. Plano de Ações de Melhoria

A partir das análises e das reflexões realizadas por esta comissão, bem como das situações vivenciadas, sugere-se à diretoria do ILB as seguintes ações voltadas para a melhoria desta Escola de Governo:

- Revisar os instrumentos de avaliação interna, adequando-os às diversas especificidades de cada ação de capacitação e respectivos públicos-alvo, porém conservando um núcleo comum de questões necessárias para uma análise consolidada da atuação do ILB;
- Revisar os meios de aplicação dos questionários de avaliação, visando evitar falhas em sua disponibilização e simplificar o processo de consolidação dos resultados;
- Implementar meios digitais para realização de pesquisas com egressos, nos diferentes tipos de ações educacionais promovidas pelo ILB;
- Aprimorar interações com a comunidade acadêmica, buscando identificar a percepção de valor do ILB em sua atuação como Escola de Governo;
- Realizar pesquisas direcionadas apenas a alunos e professores, buscando identificar aspectos prioritários para melhoria do ILB;
- Realizar pesquisa junto a servidores do Senado Federal que potencialmente seriam parte do público-alvo de ações desenvolvidas pelo ILB, mas que não manifestam desejo de delas participar;
- Criar calendário com previsão de aplicação dos diversos tipos de avaliações internas;
- Reformular a página da CPA, incluindo informações sobre leis e regulamentos aplicáveis, além de atas de reuniões anteriores, facilitando a novos membros se atualizarem com relação às ações desenvolvidas;
- Adaptar salas de aula para o modelo híbrido, de modo que as atividades de ensino-aprendizagem possam ser desenvolvidas em ambiente propício, independente da localização geográfica de alunos e professores;

- Realizar adequações nas plataformas tecnológicas para que se tornem aptas para uso do público-alvo em todas as suas ações de capacitação (incluindo aspectos de acessibilidade, alunos estrangeiros etc.);
- Avaliar a possibilidade de implementar mecanismos de login social e/ou outras formas para recuperação de senha, de modo a minimizar contatos com o Senado Federal para tratar de situações que poderiam ser resolvidas pelo próprio cidadão;
- Atuar junto à Ouvidoria do Senado Federal, a fim de que os cidadãos possam ser orientados a buscar canais próprios do ILB, quando se julgar pertinente, a fim de que possam ser atendidos com maior celeridade;
- Avaliar alternativas para contornar limitações que a plataforma Teams tem apresentado ao ser usada por professores externos ao Senado Federal (por exemplo, *breakout rooms*);
- Estabelecer parceria com a SEGP para obter mais facilmente informações sobre ex-alunos do ILB que ainda são servidores ativos do Senado Federal, de modo a obter informações mais precisas para as avaliações de egressos;
- Revisar os diversos canais institucionais do ILB e do Interlegis nas redes sociais, que podem não estar sendo adequadamente mantidos e/ou monitorados, de modo a assegurar que haja canais consistentes para comunicação com a sociedade;
- Realizar as adequações necessárias para que os participantes dos cursos do ILB, em todos os níveis e modalidades, bem como demais membros da comunidade acadêmica que forem participar de avaliações no âmbito da CPA, possam manifestar antecipadamente seu consentimento com relação ao uso de seus dados pessoais por parte desta comissão ou mesmo pelo próprio ILB, dentro dos processos de análise e avaliação de cursos que lhes são próprios. Para tanto, faz-se necessária, por parte da direção desta escola, a elaboração de Termos de Uso e Política de Privacidade, observando as determinações da LGPD.

6. Considerações Finais

Os membros desta CPA entendem que a educação, sendo um bem público, requer do Estado o emprego de mecanismos que busquem assegurar, dentre outros, a consolidação das instituições e de um sistema de educação superior de alto valor científico e social, de modo a justificar os recursos públicos nela investidos.

Os processos avaliativos se apresentam como instrumentos para que o Poder Público possa obter insumos não somente para subsidiar as ações internas e a reformulação do projeto de desenvolvimento de cada instituição, como também para orientar a implementação de políticas educacionais no que se refere à regulação do sistema de educação superior.

Compreendendo seu importante papel como membro integrante do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), esta Comissão se compromete a buscar mecanismos que possibilitem, cada vez mais, assegurar a efetividade de suas ações no sentido de impulsionar melhorias no ILB, identificando suas práticas que se mostrarem exitosas, bem como apontando eventuais omissões ou equívocos, de modo que se possa corrigi-los e evitá-los no futuro. Nesse intuito, torna-se imprescindível a adoção de esforços no sentido de promover maior envolvimento da comunidade acadêmica nos processos avaliativos, sem o qual a avaliação não cumprirá plenamente os seus objetivos.

Por fim, ainda que as análises e reflexões deste grupo tenham sido limitadas pelas dificuldades decorrentes da pandemia de COVID-19, espera-se que as sugestões de melhorias aqui apresentadas possam contribuir com a gestão do ILB no cumprimento de sua importante missão institucional de produzir, integrar e disseminar o conhecimento para aprimorar o Legislativo em benefício da sociedade.